



**IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e
não Discriminação, 2011-2013**

Relatório de Execução

2013

Lisboa



Índice

	Página
Introdução	2
Área estratégica n.º 1 — Integração da Dimensão de Género na Administração Pública, Central e Local, como Requisito de Boa Governação	5
Área estratégica n.º 2 — Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal	17
Área estratégica n.º 3 — Educação e Ensino Superior e Formação ao Longo da Vida	29
Área estratégica n.º 4 — Saúde	35
Área estratégica n.º 5 — Ambiente e Organização do Território	40
Área estratégica n.º 6 — Investigação e Sociedade do Conhecimento	42
Área estratégica n.º 7 — Desporto e Cultura	44
Área estratégica n.º 8 — Media, Publicidade e Marketing	50
Área estratégica n.º 9 — Violência de Género	52
Área estratégica n.º 10 — Inclusão Social	57
Área estratégica n.º 11 — Orientação Sexual e Identidade de Género	60
Área estratégica n.º 12 — Juventude	63
Área estratégica n.º 13 — Organizações da Sociedade Civil	67
Área estratégica n.º 14 — Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades Portuguesas	69
Conclusão	83
Lista de acrónimos e siglas	87

I - Introdução

O IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013, doravante designado por “IV PNI”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro, constituiu o instrumento de políticas públicas de promoção da igualdade.

O IV PNI enquadrou-se nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais e europeias, com destaque para a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a União Europeia, designadamente a Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres, 2010 -2015 e a Estratégia da União Europeia para o Emprego e o Crescimento — Europa 2020, de 2010, que consagra a nova estratégia da União Europeia para o emprego e o crescimento sustentável e inclusivo, e ainda a imprescindibilidade da adoção do *mainstreaming* de género, que deverá encontrar a sua tradução nos programas nacionais de reforma elaborados por cada Estado membro.

Este Plano pretendeu afirmar a igualdade como fator de competitividade e desenvolvimento, numa tripla abordagem: *a)*- Por um lado, o reforço da transversalização da dimensão de género, como requisito de boa governação, de modo a garantir a sua integração em todos os domínios de atividade política e da realidade social, para se construir uma cidadania plena nas esferas pública e privada. *b)*- Por outro, a conjugação desta estratégia com ações específicas, incluindo ações positivas, destinadas a ultrapassar as desigualdades que afetam as mulheres em particular. *c)*- E ainda, a introdução da perspetiva de género em todas as áreas de discriminação, prestando um olhar particular aos diferentes impactos desta junto dos homens e das mulheres.

O IV PNI, que terminou a sua vigência no ano de 2013, previa a adoção de um conjunto de 97 medidas estruturadas em torno das seguintes 14 áreas estratégicas: 1) Integração da Dimensão de Género na Administração Pública, Central e Local, como Requisito de Boa Governação; 2) Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal; 3) Educação e Ensino Superior e Formação ao Longo da Vida; 4) Saúde; 5) Ambiente e Organização do Território; 6) Investigação e Sociedade do Conhecimento; 7) Desporto e Cultura; 8) Media, Publicidade e Marketing; 9) Violência de Género; 10) Inclusão Social; 11) Orientação Sexual e Identidade de Género; 12) Juventude; 13)

Organizações da Sociedade Civil; 14) Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades Portuguesas. Cada uma destas áreas estratégicas é desagregada em ações, a implementar ao longo do período de vigência deste Plano.

Também em conformidade com o que estabelece a Resolução do Conselho de Ministros que aprovou este Plano, compete à CIG a coordenação da sua execução¹, onde se inclui, designadamente, a elaboração de um relatório final de execução do Plano, dele dando conhecimento ao membro do Governo de que depende².

Assim, procedeu-se à elaboração do presente relatório, onde são descritas as atividades realizadas em 2013. No final, será apresentada uma avaliação global da execução do Plano durante os 3 anos de vigência.

II - Metodologia

O presente Relatório foi elaborado a partir da análise e síntese dos conteúdos dos 12 relatórios remetidos pelas Conselheiras e Conselheiros para a Igualdade, representantes dos seguintes ministérios:- *i)*- Presidência do Conselho de Ministros (PCM); *ii)* das Finanças (MF); *iii)* da Justiça (MJ); *iv)* da Saúde (MS); *v)* dos Negócios Estrangeiros (MNE); *vi)* da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS); *vii)* da Economia (ME); *viii)* da Educação e Ciência (MEC); *ix)* da Administração Interna (MAI); *x)* da Defesa Nacional (MDN); *xi)* do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE); e da *xii)* Secretaria de Estado da Cultura (SEC).

Com efeito, após reunidos os contributos de cada Ministério, que continham o relato e a caracterização das atividades desenvolvidas sectorialmente, em conformidade com o tipo e responsabilidade de envolvimento na execução das medidas do dito Plano, a CIG efetuou uma análise uniformizada de todo o acervo, de acordo com a estrutura do IVPNI, nomeadamente segundo as 14 áreas estratégicas, desagregando-as segundo medidas e entidades envolvidas.

O objetivo deste procedimento foi caracterizar, de forma sistémica, a forma e o grau de implementação das diferentes medidas pelos diferentes Ministérios e serviços da Administração Pública.

¹ - Cf. N.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro.

² - Cf. *Ibidem*. Alínea g), n.º 3

Esta tarefa, bem como a elaboração do presente relatório, esteve a cargo do Núcleo para a Promoção da Cidadania e a Igualdade de Género (N-CIG), equipa multidisciplinar da CIG, responsável pela monitorização do grau de execução.

Área estratégica n.º 1 - Integração da Dimensão de Género na Administração Pública, Central e Local, como requisito de Boa Governação

Esta Área estratégica do IVPNI prevê 19 medidas, 3 das quais dirigidas especificamente à Administração Pública Local (Medidas 17, 18 e 19). Em 2013, 18 destas medidas tiveram execução (94,74%) e uma destas medidas (Medida 2) não teve qualquer informação reportada (5,26%).

Medidas

- 1 Implementar em cada ministério um plano para a igualdade tendo em vista integrar a dimensão da igualdade de género no organismo.

Como referido no relatório de execução de 2012, esta medida encontra-se executada. Foram apresentados à tutela da igualdade, até setembro de 2012, os Planos para a Igualdade revistos e/ou reformulados, em função das alterações orgânicas decorrentes da mudança governamental, por todos os Ministérios e pela Secretaria de Estado da Cultura, do XIX Governo Constitucional.

- 2 Garantir a integração da perspetiva de género nos programas e ações, sempre que se justifique, na área da modernização da administração pública central.

Não foram reportadas ações em 2013.

- 3 Integrar a dimensão da igualdade de género, cidadania e não discriminação nos objetivos de cada ministério e na carta de missão dos(as) dirigentes da Administração Pública, bem como nos planos de atividades e relatórios de cada organismo no âmbito dos planos para a igualdade.

Foram apresentadas, à tutela da igualdade, até Maio de 2013, todas as planificações setoriais para execução do IV PNI, em 2013.

- 4 Reforçar a figura e as funções dos(as) conselheiros(as) para a igualdade e das equipas

interdepartamentais.

No Relatório de execução de 2013, todos os Ministérios referem que existe avaliação de desempenho do exercício da função de conselheiro/a para a igualdade e das equipas interdepartamentais. Efetivamente, foram contratualizados objetivos para o SIADAP de conselheiros e conselheiras para a Igualdade e membros das equipas interdepartamentais, para 2013, na área da promoção da igualdade de género.

- 5 Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não discriminação no âmbito dos cursos para dirigentes da Administração Pública, através da inclusão de um módulo sobre esta matéria na sua formação inicial e contínua.
- 6 Integrar a dimensão da igualdade de género de forma transversal em toda a oferta de formação disponibilizada pelo INA.

No que se refere à formação ministrada pelo INA, a generalidade dos cursos para dirigentes já englobam um módulo sobre a igualdade de género.

- 7 Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não discriminação das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade e ou membros das equipas interdepartamentais da Administração Pública.

Para cumprimento desta medida, a CIG promoveu um conjunto de *workshops* de informação e sensibilização, para as conselheiras e os conselheiros e membros das equipas interdepartamentais, da Administração Pública Central. Esse conjunto de *workshops* de informação e sensibilização teve 4 módulos, de 3 horas de duração cada, que decorreram nos dias 17³ e 25⁴ de Outubro, 1⁵ e 15⁶ de Novembro. **(Esta Ação dá igualmente resposta às medidas 16 e 83).**

³ O tema desta Sessão centrou-se no “Enquadramento internacional das Políticas públicas de igualdade entre mulheres e homens”. Formadora: Regina Tavares da Silva. Esta ação teve a participação de 24 pessoas, de 6 Ministérios, 23 mulheres e 1 homem.

⁴ O tema desta Sessão centrou-se nas “Representações Sociais de Género”. Formador: António Manuel Marques. Esta ação teve a participação de 17 Mulheres, de 5 Ministérios, e nenhum homem.

⁵ O tema desta Sessão centrou-se nas “Práticas comunicacionais institucionais inclusivas (exercícios práticos)”. Formadora: Teresa Alvarez. Esta ação teve a participação de 24 pessoas, de 6 Ministérios, 21 mulheres e 3 homens.

- 8 | Assegurar a realização de ações de formação inicial e contínua em matéria de igualdade de género, cidadania e não discriminação solicitadas por cada ministério.

O CEJUR, em parceria com a CIG, promoveu um Curso de Formação em Igualdade de Género, subdividido em 3 Módulos. Estas ações de formação incluíram dirigentes da Administração Pública e Conselheiras e Conselheiros para a Igualdade de diversos Ministérios e membros das Equipas Interdepartamentais. O 1º módulo foi realizado ainda em 2012, no dia 14 de dezembro. O 2º módulo foi realizado no dia 24 de janeiro, e contou com 39 participantes, de entre as quais 2 conselheiras para a igualdade, e o 3º módulo foi realizado no dia 18 de fevereiro e teve uma audiência de 25 pessoas da Administração Pública, de entre as quais 1 conselheira para a igualdade. (**Esta Ação dá igualmente resposta às medidas 10, 16 e 83**).

Igualmente, o INE, em colaboração com a CIG, realizou, no dia 21 de março, um Workshop subordinado ao tema “Género e Estatística - Ação de sensibilização para promover o Mainstreaming de Género na Estatística”. Este Workshop contou com 22 participantes, 5 homens e 17 mulheres.

Ao Nível do Ministério da Economia e Emprego (MEE) e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSESS), a CITE ministrou as seguintes ações de formação:

a) Ministério da Economia e Emprego:

- 5 ações de formação em igualdade de género e planos para a igualdade, com a duração de 6 horas cada, para trabalhadores e trabalhadoras do INCI, tendo participado 108 pessoas;
- 2 ações de formação em igualdade de género e conciliação trabalho, vida familiar e pessoal, com a duração de 3 horas cada, para trabalhadores e trabalhadoras do LNEG, em que participaram 388 pessoas;
- 1 ação de formação em igualdade de género e desenvolvimento de planos de ação na administração pública, com a duração de 7 horas, para técnicos/as da área de recursos humanos do IMT, contando com a presença de 9 pessoas;

⁶ O tema desta Sessão centrou-se nas “Traduções práticas da igualdade de género nas políticas públicas”. Formadora: Alexandra Silva. Esta ação teve a participação de 17 Mulheres, de 5 Ministérios, e nenhum homem.

b) Ministério da Solidariedade, Economia e Segurança Social:

- 1 ação de formação em linguagem inclusiva e igualdade de género, com a duração de 3 horas, para trabalhadores e trabalhadoras da CITE, em que participaram 16 pessoas;
- 2 ações de formação em igualdade de género e desenvolvimento de planos de ação na administração pública, com a duração de 3 horas cada, para dirigentes e técnicos/as do ISS, em que participaram 79 pessoas;
- 1 ação de formação em igualdade de género e conciliação trabalho, vida familiar e pessoal, com a duração de 3 horas cada, para trabalhadores e trabalhadoras da área de recursos humanos do IEPF, ACT e DGERT, em que participaram 8 pessoas.

O Ministério da Administração Interna (MAI) realizou um Workshop, no ISCSP, sobre Violência Doméstica, Idosos e Segurança, Georreferenciação, Tráfico de Seres Humanos e Urbanismo e Segurança. Em 2013, as Forças de Segurança replicaram internamente as ações de formação ministradas em novembro/dezembro de 2012, sobre violência doméstica, formando um total de 9.891 elementos policiais (entre os quais 584 mulheres). A integração da perspetiva da igualdade de género foi contemplada nesta formação.

- 9 | Elaborar e acompanhar a implementação de instrumentos de gestão sensíveis ao género para utilização das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade e ou membros das equipas interdepartamentais da administração central.

As conselheiras e os conselheiros para a igualdade e membros das equipas interdepartamentais utilizam os vários instrumentos de gestão sensíveis ao género, produzidos pela CIG, para monitorização da implementação do IV PNI e Planos Ministeriais.

- 10 | Processo legislativo:
 a) Promover ações de formação em igualdade de género a juristas responsáveis pelo processo legislativo, incluindo a avaliação do impacto.
 b) Avaliar o impacto de género nas iniciativas legislativas.

Como referido atrás (Cf. **Medidas 7 e 8**), o CEJUR, em colaboração com a CIG, ministrou um módulo de formação sobre “igualdade entre homens e mulheres na redação e avaliação de atos normativos”. Este módulo teve lugar a 18 de fevereiro de 2013, e foi especialmente

dirigido a juristas responsáveis pelo processo legislativo. Esta ação está incluída no Curso de Formação em Igualdade de Género, iniciado em 2012. Na referida ação de formação, estiveram presentes 25 pessoas, provenientes de 9 Ministérios e do Gabinete do Primeiro-Ministro⁷. Participaram 24 Mulheres e 1 Homem.

- 11 Construir e implementar um instrumento para determinar o impacto das despesas realizadas pelos ministérios e serviços da Administração Pública na promoção da igualdade de género, tendo em vista o desenvolvimento de iniciativas de orçamento sensíveis ao género — *gender budgeting*.

A CIG publicou, em português, o Manual do Conselho da Europa sobre “Orçamentos Sensíveis ao Género: manual sobre a implementação prática de uma perspetiva de género no processo orçamental”.

- 12 Criar instrumento legal que garanta a integração da variável «sexo» nas estatísticas da Administração Pública que reportem a pessoas.

Toda a informação estatística produzida pelo INE, com base na unidade estatística “Indivíduo” é desagregada e divulgável por sexo. Excetua-se a informação limitada por padrões de qualidade ou pelas regras do Segredo Estatístico.

- 13 Promover a recolha de dados desagregados por sexo das diferentes categorias de dirigentes e chefias na Administração Pública e no setor empresarial do Estado pela DGAEP.

Estas medidas encontram-se executadas pela Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE). A DGAEP procede, desde 01 de janeiro de 2012, à recolha e disponibilização de dados de caracterização das entidades públicas e respetivos recursos humanos, abrangendo todas as entidades que integram o perímetro das Administrações Públicas na ótica das Contas

⁷ Min. das Finanças (1M); Min. dos Negócios Estrangeiros (2M); Min. da Defesa Nacional (2M); Min. da Justiça (1H + 1M); Presidência do Conselho de Ministros (6M); Min. da Economia e do Emprego (2M); Min. da Educação e Ciência (7M); Min. da Solidariedade e Segurança Social (1M); Min. Agricultura (1M); Gab. Primeiro-Ministro (1M).

Nacionais (incluindo empresas públicas de carácter não mercantil). Os dados relativos às remunerações não são desagregados por sexo.

O INE criou o indicador “Dirigentes no setor das administrações públicas (N.º) por Sexo, Cargo e Subsetor de administração; Anual” e respetiva meta informação. O Indicador, com fonte na DGAEP, reporta-se a 31 de dezembro de 2012 (dados provisórios), e está disponível desde 11 de julho de 2013, podendo ser visualizado em www.ine.pt/ Informação estatística/ Dossiês temáticos/ Género/ tema Decisão. A periodicidade do indicador é anual.

- 14 | Promover a integração no *dossier* de género do INE dos indicadores adotados pelo Conselho EPSCO para monitorizar a implementação das medidas contidas nas áreas críticas da Plataforma de Ação de Pequim.

O Dossiê de Género tem atualmente 9 áreas temáticas e conta com 298 indicadores repartidos do seguinte modo: Atividade, emprego e desemprego – 95; Conciliação trabalho/vida familiar - 7; Crime e violência – 13; Decisão - 20 Educação e formação -26; Família – 19; População – 20; Proteção e inclusão social - 53; Saúde – 45. Em 2013, foram incluídos 68 novos indicadores, ou seja, registou-se um acréscimo de 29,6% face ao ano anterior. O tema “Atividade, emprego e desemprego” tem 55 novos indicadores e absorveu a quase totalidade do aumento.

O Portal da Igualdade da Presidência do Conselho de Ministros, gerido pela CIG, é automaticamente atualizado com os conteúdos do Dossiê de Género (DG), disponível no site do INE, pois tem um link direto de acesso. Os conteúdos do DG, por sua vez, são atualizados de acordo com a periodicidade dos indicadores ou com a inclusão de novos indicadores.

O número de visitas ao Dossiê de Género, em 2013, foi, nas três funcionalidades: Documentos de Referência: 1.701; Estudos: 2.672; Indicadores: 12.423.

- 15 | Atualizar os conteúdos do Portal para a Igualdade e monitorizar a sua utilização.

Durante o ano de 2013, o Portal para a Igualdade recebeu 16.978 visitas, oriundas de vários países, nomeadamente do Brasil, Angola, Espanha e Bélgica, num total de 54.531 visualizações

de páginas. O Portal é atualizado em permanência com informação remetida pela CIG ao CEGER, mas também enviada pelas/os Conselheiras/os para a Igualdade.

- 16 Fomentar a implementação de práticas não discriminatórias da linguagem na Administração Pública e na comunicação institucional, de acordo com a Resolução do Conselho do Ministros n.º 161/2008, de 22 de outubro.

Ao nível da Presidência de Conselho de Ministros, o ACIDI deu continuidade ao esforço de introduzir a linguagem inclusiva (ou neutra) nos documentos produzidos, embora ainda não o tenha feito na totalidade do site. Exemplos: Folheto de Serviço Doméstico, lançado no 2º semestre de 2013; Relatório intercalar do II PII; Apresentação pública do "Prémio de Jornalismo pela Diversidade Cultural" no 1º semestre de 2013. Também o QUAR de 2013, tal como sucedeu em anos anteriores, integra linguagem inclusiva.

O CEJUR utilizou linguagem não discriminatória nos documentos institucionais que produziu, nomeadamente: Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Plano Anual de Formação, Regulamento de Formação Profissional e Código Deontológico, tendo inclusivamente implementado essa prática no Portal da Intranet do Serviço e na sua página eletrónica.

O CEGER, nos portais pelos quais é responsável, aplicou as boas práticas de igualdade de género na produção dos respetivos conteúdos.

A SGPCM tem vindo a adotar uma política de linguagem inclusiva em todos os documentos produzidos e conteúdos disponibilizados no sítio de internet.

O INE deu continuidade, em 2013, às regras de utilização da linguagem inclusiva na comunicação institucional, já implementadas em 2012, através de:

- 10 Newsletters (65.000 destinatárias/os);
- 5 Newsletters internas;
- 30 Destaques (informação à Comunicação Social);
- Cartas às Famílias (92.250).

Foi dada continuidade à implementação da linguagem inclusiva no Portal de Estatísticas Oficiais. No Dossiê de Género, tem vindo a aplicar-se a linguagem inclusiva. Das nove áreas temáticas, apenas uma, a Educação, não tem ainda linguagem inclusiva. Em 2013, a linguagem inclusiva foi integrada nos temas “Crime e Violência” e “Saúde”.

O Ministério da Administração Interna (MAI) disponibiliza o Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, na intranet e na página da internet da DGAI.

No que respeita ao Ministério da Defesa Nacional (MDN), é tida em consideração a dimensão da igualdade de género na linguagem escrita e visual, nomeadamente nos impressos, publicações, documentos e sites.

O Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE) tem incluída, no site da APA, I.P., e em instrumentos de comunicação interna, a dimensão da igualdade de género na linguagem escrita e visual.

O Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da DGE, procedeu à análise de manuais escolares, observando diversos critérios, nomeadamente, os valores constitucionais, designadamente da não discriminação e da igualdade de género, de acordo com o nº 2 do art.º 11º da Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto. Esta avaliação é realizada em conjunto com as Universidades, Escolas Superiores de Educação, Associações de Professores e Sociedades Científicas, entre outras. No ano de 2013, 15 novos manuais escolares foram avaliados e certificados, e disponibilizados para adoção no ano de 2013/2014. Estão disponíveis para utilização no ano letivo de 2013/2014, na sequência da homologação das respetivas metas curriculares, 64 manuais escolares avaliados e certificados.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) procedeu à divulgação interna, através da intranet, do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, de Graça Abranches.

No Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), o Instituto da Segurança Social (ISS) difunde, com regularidade, notícias sobre matérias da Igualdade ou temas afins, nomeadamente no boletim semanal “Esta Semana”, e no boletim diário “Seleção Diária”.

Assim, é divulgada a realização de conferências sobre violência doméstica, parentalidade, assédio, ações de formação/sensibilização, entre outros eventos relacionados com o tema Igualdade de Género. Também na intranet, através do menu “Igualdade de Género”, são publicadas notícias, normas, relatórios e outros assuntos considerados relevantes sobre o tema em questão. O Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública foi também difundido no boletim semanal e no menu acima referidos. Por fim, o serviço responsável pela comunicação no ISS tem vindo a adotar, nos folhetos elaborados, a linguagem inclusiva de género, nomeadamente nos folhetos elaborados para a feira Portugal Maior, realizada em dezembro de 2013.

Por outro lado, a SGMSESS promoveu a utilização de linguagem promotora da igualdade de género no Manual de Atendimento e Receção. O INR, I.P., tem tido a preocupação e sensibilidade na incorporação de uma linguagem e imagens inclusivas e não discriminatórias em todos os processos de comunicação.

Ao nível local, destaca-se a realização de uma Sessão sobre Comunicação Inclusiva, destinada a chefias e a pessoal técnico de autarquias sob o tema “Como comunicar de forma inclusiva e não sexista: a responsabilidade da Administração Pública”, promovido pela C. M. de Mangualde, para pessoal técnico da autarquia e aberta a profissionais de educação, saúde, ação social e comunicação social, a 11 de abril de 2013.

- 17 Promover a elaboração e a aprovação de planos municipais para a igualdade, nomeadamente através de financiamentos da tipologia 7.2 do eixo n.º 7 do POPH.

No ano de 2013, foram executados 55⁸ projetos que visavam a elaboração de planos para a igualdade, em municípios.

Durante o ano de 2013, no âmbito das tipologias de intervenção 7.2/8.7.2/9.7.2., contabilizaram-se 6 projetos envolvendo organismos da Administração Pública Local, a saber:

⁸ Póvoa do Lanhoso; Alfândega da Fé; Santo Tirso ; Sabugal; Barcelos; Macedo de Cavaleiros; Valongo; Oliveira do Hospital; Felgueiras; Gondomar; Lousada; Amarante; Lousã; Alcanena; Santa Maria da Feira; Mesão Frio; Penacova; Matosinhos; Vouzela; Ponte da Barca; Miranda do Douro; Figueira da Foz; Miranda do Corvo; Guarda; Penalva do Castelo; Carregal do Sal; Mangualde; Sátão; Cantanhede; Góis; Celorico de Basto; Figueira de Castelo Rodrigo; Abrantes; Cuba; Évora; Mértola; Vidigueira; Vila Verde; Loures; Alvito; Mirandela; Setúbal; Alcochete; Oeiras; Barreiro; Amadora; Odemira; Paredes; Peso da Régua; Albufeira; Coimbra; Ansião; Sever do Vouga; Oliveira de Azeméis; Fafe.

Juntas de Freguesia; Associações de Municípios e Comunidades Intermunicipais, perfazendo um total de 38 planos para a igualdade executados e/ou em execução

1. Junta de Freguesia de A-Ver-O-Mar;
2. Junta de Freguesia de Soalhães;
3. Junta de Freguesia de Guifões;
4. Comunidade Intermunicipal de Oeste – Oestecim (externo para 12 Municípios);
5. Comunidade Intermunicipal de Dão-Lafões (externo para 14 Municípios);
6. Associação de Municípios da Cova da Beira (externo para 9 Municípios).

Assim, em 2013, foi financiada a execução de 94 planos para a Igualdade, no âmbito da Administração Pública Local.

- 18 Promover a nomeação de conselheiras ou conselheiros locais para a igualdade, de acordo com o estatuto aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, de 25 de maio.

Até ao dia 31 de dezembro de 2013, estavam nomeadas/os 113⁹ conselheiras/os para a Igualdade, ao nível local.

- 19 Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não discriminação para as conselheiras e conselheiros locais para a igualdade.

A CIG promoveu um conjunto de sessões práticas para Municípios, que partiu de um modelo que assentou em três partes distintas. A primeira, em plenário, onde foi apresentada uma boa prática já consolidada de um Município, antecedida de uma intervenção que procurou mostrar

⁹ Águeda; Arouca; Espinho; Ílhavo; Mealhada; Oliveira de Azeméis; Ovar; Vagos; Aljustrel; Almodôvar; Castro Verde; Beja; Cuba; Mértola; Moura; Odemira; Ourique; Serpa; Vidigueira; Braga; Celorico de Basto; Esposende; Guimarães; Póvoa do Lanhoso; Terras de Bouro; Vieira do Minho; Vila Verde; Vizela; Alfândega da Fé; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro; Mogadouro; Covilhã; Coimbra; Cantanhede; Figueira da Foz; Miranda do Corvo; Montemor-o-Velho; Lousã; Pampilhosa da Serra; Tábua; Évora; Albufeira; Faro; Lagoa; Portimão; São Brás de Alportel; Silves; Tavira; Vila do Bispo; Vila Real de Santo António; Figueira Castelo Rodrigo; Fornos de Algodres; Gouveia; Guarda; Trancoso; Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pera; Leiria; Arruda dos Vinhos; Azambuja; Cascais; Lisboa; Loures; Odivelas; Oeiras; Sobral de Monte Agraço; Vila Franca de Xira; Arronches; Ponte de Sôr; Portalegre; Amarante; Baião; Felgueiras; Gondomar; Matosinhos; Paredes; Porto; Trofa; Valongo; Abrantes; Alcanena; Almeirim; Cartaxo; Ferreira do Zêzere; Ourém; Rio Maior; Santarém; Montijo; Seixal; Setúbal; Ponte da Barca; Vila Nova de Cerveira; Boticas; Mesão Frio; Santa Marta de Penaguião; Armamar; Carregal do Sal; Mangualde; Nelas; Resende; Tabuaço; Tarouca; Viseu; Vouzela; Horta; Ponta Delgada; São Roque do Pico; Câmara de Lobos; Funchal; Santana; São Vicente.

a ancoragem das causas da violência doméstica na desigualdade de género estrutural da nossa sociedade e o caminho paralelo ao nível das políticas públicas nacionais e internacionais. A segunda, em pequenos grupos, procurou, através de metodologias participativas, aprofundar os conceitos de igualdade, desigualdade, violência de género, violência doméstica, bem como a relação entre eles, e promover uma reflexão sobre linhas de orientação estratégica para um Plano Municipal para a Igualdade e Prevenção e Combate à Violência Doméstica e para a criação/gestão de redes locais de intervenção na área da violência doméstica. Por fim, e novamente em plenário, a terceira visou dar voz às/aos participantes, garantindo-lhes um espaço de apresentação de algumas conclusões, retiradas do trabalho em grupo.

Estas sessões práticas visaram dar cumprimento à área estratégica nº 1 do IV PNI, que pretendia promover a integração da dimensão da igualdade de género e das práticas de cidadania na administração pública local como requisito de boa governação, consubstanciada em 2 medidas de política (**medidas 17, 18**) e à área estratégica nº 9, igualmente do IV PNI, que previa assegurar a articulação entre este Plano e o IV PNCVD (**medida 56**) e ainda às medidas 2, 36 e 37 do IV PNCVD.

Sessões Práticas para Municípios

Região	Municípios	Data	Local	Nº de Participantes
Oeste	Alcanena; Abrantes; Ferreira do Zêzere, Caldas da Rainha; Santarém	02/02/2013	Câmara Municipal de Alcanena	18
Alentejo	Évora; Estremoz; Moura; Arraiolos; Viana do Alentejo	22/02/2013	Câmara Municipal de Évora	21
Açores	Ponta Delgada; Vila Franca do Campo	20/06/2013	Auditório do Centro Cívico de Santa Clara – Ponta Delgada	28
Açores	Povoação; Nordeste	21/06/2013	CPCJ - Povoação	23
Açores	Lagoa	21/06/2013	Câmara Municipal de Lagoa	10
Açores	Ribeira Grande	21/06/2013	Auditório do Teatro Ribeiragrandense	14
Alentejo	Castro Verde; Ourique; Aljustrel; Ferreira do Alentejo; Almodôvar	04/07/2013	Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo – Castro Verde	16
Algarve	Tavira; Vila Real de Santo António; Albufeira; Lagoa; Loulé; Silves	05/07/2013	Biblioteca Municipal Álvaro de Campos - Tavira	18
Alentejo	Serpa; Moura; Mértola	17/07/2013	Sala Multiusos da Biblioteca Municipal de	14

IV PNI - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE 2013

Sarpa				
Alentejo	Mértola; Vidigueira	18/07/2013	Câmara Municipal de Mértola	8
Lisboa e Vale do Tejo	Lisboa; Barreiro; Loures; Odivelas; Vila Franca de Xira	09/12/2013	Câmara Municipal de Lisboa – Serviços Centrais, Campo Grande	57
Madeira	Funchal; Machico; Ponta do Sol; Porto Moniz; Ribeira Brava; Santana	19/12/2013	Câmara Municipal do Funchal	55

Área estratégica n.º 2 - Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

A área estratégica n.º 2 do IV PNI prevê 10 medidas. Em 2013, 9 tiveram execução (90%) e uma (Medida 28) não foi executada (10%).

Medidas

- 20 Promover a implementação de planos de igualdade nas empresas no âmbito das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 49/2007, de 28 de março, e 70/2008, de 22 de abril.

No dia 8 de março de 2013, foi aprovada em Conselho de Ministros a Resolução n.º 13/2013, que aprova um conjunto de medidas que visam garantir e promover a igualdade de oportunidades e de resultados entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente no sentido da eliminação das diferenças salariais, da promoção da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, do incentivo ao aprofundamento da responsabilidade social das empresas, da eliminação da segregação do mercado de trabalho e de outras discriminações.

O Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade realizou, em fevereiro de 2013, uma nova consulta às empresas do setor empresarial do Estado, tendo em vista o ponto de situação sobre a presença das mulheres nos conselhos de administração das empresas. Os resultados desse levantamento foram publicados no Portal do Governo em Outubro.

- 21 Promover o empreendedorismo feminino através de formação, consultoria e do apoio à constituição de redes de associativismo empresarial, nomeadamente através de financiamentos no âmbito da tipologia 7.6 do eixo n.º 7 do POPH.

No que concerne às tipologias de intervenção 7.6/8.7.6/9.7.6., Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Atividades Económicas Geridas por Mulheres, em 2013, estiveram em execução 48 projetos, no âmbito dos quais foram abrangidas 515 mulheres e criadas 54 empresas.

O ACIDI continuou a ser promotor do projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), que, na sua edição em 2013, abrangeu 305 participantes, de entre os/as quais, 200 do sexo feminino. O número de negócios criados em 2013 foi de 14, sendo que 8 foram criados por mulheres.

- 22 | Promover o empreendedorismo feminino qualificado, nomeadamente através de financiamentos no âmbito do POFC.

No primeiro semestre de 2013, realizaram-se duas fases para apresentação de candidaturas no âmbito do Aviso nº 13/SI do Sistema de Incentivos à Inovação - Empreendedorismo Qualificado, a 1ª fase, no mês de fevereiro, e a 2ª fase, no mês de maio; a CIG emitiu 74 pareceres favoráveis à atribuição da majoração no empreendedorismo feminino qualificado. No ano de 2013, houve 114 mulheres beneficiárias do financiamento do POFC – Empreendedorismo Qualificado, criando 74 empresas nos setores de alta/média tecnologia, forte intensidade de conhecimento ou serviços qualificados com valor acrescentado em atividades turísticas e I&D. Salienta-se que cada empresa deveria garantir no máximo três empreendedoras em funções executivas.

Neste âmbito, o empreendedorismo qualificado foi promovido através de abertura de candidaturas específicas para a população feminina, no âmbito do sistema de incentivos à inovação, transversal a toda a agenda da competitividade (ou seja, englobando os programas regionais e o programa COMPETE, cuja autoridade de gestão é responsável pela coordenação da rede de incentivos).

- 23 | Apoiar o empreendedorismo feminino através do estabelecimento de protocolos que facilitem o acesso ao crédito, designadamente ao micro crédito.

Em 2013, foram validados, pela CASES, 98 projetos e submetidos a entidades bancárias (BES, Millennium-BCP e Montepio Geral), representando um investimento global superior a 1.547.432 euros, permitindo criar 196 novos postos de trabalho (investimento médio por posto de trabalho criado no valor de 7.895 euros). Foram abrangidas 85 pessoas: 38 são homens (45%) e 47 (55%) são mulheres que beneficiarem de microcrédito no âmbito do protocolo entre a CIG e a CASES. Foram criadas 85 empresas, nomeadamente nos sectores de

atividade de comércio por grosso e a retalho, atividades administrativas e de consultoria e alojamento e restauração.

A CIG desenvolveu várias iniciativas no âmbito do empreendedorismo feminino, nomeadamente através de intervenções em seminários e conferências, nacionais e internacionais; participou ainda numa edição do Programa Sociedade Civil, sobre a Rede Europeia de Empreendedorismo feminino, onde divulgou a intervenção desta rede junto dos 27 estados membros da União Europeia e nos 4 membros do Espaço Económico Europeu (EEE), e descreveu o papel da CIG enquanto mecanismo para a igualdade e responsável pela execução das políticas públicas de igualdade de género, e em particular na área do empreendedorismo feminino.

A CIG, na qualidade de membro da Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Ação do Ano Europeu dos Cidadãos 2013 e membro da REDE RSO PT, em parceria com o Grupo de Trabalho de Empreendedorismo Responsável da rede, realizou um ciclo de iniciativas sobre a temática do Empreendedorismo Responsável, nomeadamente um Encontro de Peritos/as sobre Ética & Empreendedorismo, um Workshop sobre Liderança Socialmente Responsável, um Workshop sobre o Papel da Sociedade Civil na Responsabilidade Social e um Workshop sobre o Empreendedorismo Socialmente Responsável.

Desde Abril de 2013, que a CIG é membro do Banco de Inovação Social (BIS), da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCMLX). No mês de maio de 2013, foi lançado o concurso para apresentação de candidaturas para ideias inovadoras de empreendedorismo inclusivo e empreendedorismo social, tendo sido apresentadas 600 candidaturas, não apenas em Lisboa, mas em todo o País. O BIS pré-selecionou 50 projetos. No dia 28 de junho, foram apresentadas as melhores ideias, com financiamento por microcrédito através do Montepio Geral e das verbas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Foram beneficiadas 21 mulheres neste 1º concurso.

24 | Promover o emprego feminino no setor dos transportes em postos de trabalho tradicionalmente ocupados exclusivamente por homens

Sobre esta medida cumpre clarificar que não existem dados estatísticos para responder ao indicador, se se considerar o universo total do sector dos transportes. De facto, e no que

respeita ao transporte rodoviário, existem cerca de 5 centenas de empresas de transporte por conta de outrem, no transporte de passageiros, e cerca de 8 mil no transporte de mercadorias. Neste contexto, e para dar resposta ao indicador, consideraram-se as empresas do Sector Empresarial do Estado, a saber: Carris, Metropolitano de Lisboa, Grupo Transtejo (Transtejo e Soflusa), CP, REFER, Sociedade de Transportes Coletivos do Porto e Metro do Porto.

No quadro seguinte, apresenta-se uma agregação da informação fornecida pelas empresas.

Distribuição de Trabalhadores/as por Sexo e por Tipo de Funções Desempenhadas		
Setor e Empresa		Resultados
Terrestre	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	a) Total de trabalhadores/as: 24% mulheres e 76 % homens; b) Conselho de Administração: 33,3% mulheres e 67% homens;
Marítimo	Grupo Transtejo Na alínea "Total" foi considerada a proporção existente a 31.12.2012	a) Total de trabalhadores/as: 13,2% mulheres e 86,8% homens; b) Conselho de Administração: 100% homens c) Direção/Chefia: 34,6% mulheres e 65,4% homens; d) Operação: 0,8% mulheres e 99,2% homens;
Terrestre	Comboios de Portugal, CP, E.P.E	a) Total de trabalhadores/as: 13,8% mulheres e 86,2% homens; b) Conselho de Administração: 75% mulheres e 25% homens; c) Operação: 0,8% mulheres e 99,2% homens; d) Outros: 31,9% mulheres e 68,1% homens;
Terrestre	Companhia Carris	a) Total de trabalhadores/as: 9,5% mulheres e 90,5% homens; b) Conselho de Administração: 33,3% mulheres e 66,6% homens; c) Direção/Chefia: 24,2% mulheres e 75,8% homens; d) Operação: 4,8% mulheres e 95,2% homens; e) Outros: 34% mulheres e 66% homens;
Terrestre	Grupo REFER	a) Total de trabalhadores/as: 17,3% mulheres e 82,7% homens; b) Conselho de Administração: 100% homens
Terrestre	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	a) Total de trabalhadores/as: 7,1% mulheres e 92,9% homens; b) Conselho de Administração: 100% homens c) Direção/Chefia: 41,7% mulheres e 58,3% homens; d) Operação: 2,8% mulheres e 97,2% homens; e) Outros: 15,5% mulheres e 84,5% homens;
Terrestre	Metro do Porto, S.A. A exploração é realizada por subconcessão atribuída à Prometro, S.A.	a) Total de trabalhadores/as: 29,7% mulheres e 70,3% homens; b) Conselho de Administração: 16,7% mulheres e 83,3% homens c) Direção/Chefia: 10,3% mulheres e 89,7% homens; d) Outros: 37,5% mulheres e 62,5% homens;

Fonte: Ministério da Economia

Regra geral, estas empresas remetem para os códigos de ética e de conduta as referências à promoção da igualdade de género, reportando ações desenvolvidas, nesse âmbito, nos Relatórios de Sustentabilidade.

nomeadamente através de financiamentos no âmbito da tipologia 7.2 do eixo n.º 7 do POPH.

Relativamente à implementação de planos para a igualdade nas organizações em geral e empresas e associações empresariais, contabilizaram-se um total de 57 planos para a igualdade, cuja execução foi financiada durante o ano de 2013.

- 26 Promover boas práticas em igualdade de género, nomeadamente as que promovem a redução das assimetrias salariais, nas empresas do setor público e privado, bem como nas organizações em geral, através da utilização dos referenciais existentes, da atribuição de distinções, designadamente o Prémio «Igaldade é qualidade», e de campanhas de sensibilização.

A CITE criou, em 2012, um fórum de empresas denominado “Fórum Empresas para a Igualdade de Género – o nosso compromisso” o qual, face aos desafios da competitividade, pretende contribuir para que as empresas assumam uma cultura coletiva de responsabilidade social, incorporando nas suas estratégias de gestão os princípios da igualdade de género entre as mulheres e homens num compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o combate a todas as formas de discriminação de género no trabalho e no emprego. O evento teve a assinatura pública do protocolo de adesão com as empresas no dia 18 de fevereiro de 2013. Do Fórum passaram a fazer parte as empresas: APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.; APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.; APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.; Auchan Portugal Hipermercados; Baía do Tejo; BST - Banco Santander Totta; BES; CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.; CH - Grupo CH; CTT – Correios de Portugal, S.A.; EDP; Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM; IBM – Companhia IBM Portuguesa, S.A.; INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A.; Microsoft - MSFT – Software para Computadores, Lda; Nestlé Portugal; PSA – Peugeot Citroën Automóveis Portugal, S.A.; PT - Portugal Telecom; RTP - Rádio e Televisão de Portugal; Visteon; Xerox Portugal – Equipamentos de Escritório, Lda.

No âmbito do Fórum realizaram-se 10 ações de formação, abrangendo as temáticas da igualdade de género, planos para a igualdade, conciliação entre trabalho, vida familiar e pessoal e linguagem inclusiva, envolvendo 154 pessoas.

O Fórum associou-se ainda à Campanha Nacional de Conciliação, promovida pela CITE, criando uma Agenda para 2014 subordinada ao tema. Os filhos e filhas de trabalhadores/as de 14 destas empresas participaram na mesma com um desenho sobre este tema, desenhos esses que vieram a integrar a referida agenda, como separadores.

No dia 6 março de 2013, a CITE lançou uma campanha de informação sobre desigualdade salarial entre mulheres e homens em Portugal, junto da comunicação social.

No dia 3 de junho, a CIG participou no Programa Sociedade Civil, da RTP 2, sobre as boas práticas nas empresas e a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, e abordou a intervenção da CIG neste domínio, enquanto mecanismo para a igualdade e responsável pela execução das políticas públicas de igualdade de género.

No dia 5 de junho de 2013, a CITE promoveu no âmbito da 8.ª edição da Semana da Responsabilidade Social, pelas 14h30 às 17h00, na Fundação Cidade de Lisboa, um Workshop intitulado Assédio no trabalho: conhecer, prevenir, combater, tendo sido lançado um “Guia Informativo *“Prevenção e combate de situações de assédio no local de trabalho: um instrumento de apoio à autorregulação”*”.

No que respeita à edição do Prémio Igualdade é Qualidade (PIQ), decorreu a análise das candidaturas à 10ª edição do prémio, que foi lançada no último trimestre de 2012, tendo realizado 2 reuniões da Comissão de Avaliação, envolvendo 23 membros. Realizou-se, a 10 de outubro, a Cerimónia de entrega das distinções às empresas/organizações premiadas. Candidataram-se a esta edição do PIQ 9 empresas/organizações, tendo sido distinguido com o Prémio o Banco Santander Totta, e com uma menção honrosa a Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Foi editada uma Brochura sobre o PIQ.

Em Abril de 2011, a CITE passou a analisar e apreciar a legalidade de disposições em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho e no emprego constantes de instrumento de regulamentação coletiva. Este trabalho, feito em grupo de trabalho tripartido (CITE/ACT/DGERT/SEAPI/MFAP/MP/CGTP-IN/UGT/CIP/CCP/CTP/CAP), permite a alteração de regulamentação coletiva que contém cláusulas discriminatórias, tendo impacto nos trabalhadores e trabalhadoras abrangidos/as por esses instrumentos de

regulamentação coletiva. Este grupo de trabalho reúne sempre que necessário. Os Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho apreciados e que contenham disposições não conformes à lei são remetidos ao Ministério Público. Em 2013 foram publicados e apreciados 131 Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho. Nestas apreciações, identificaram-se 66 cláusulas desadequadas face à lei e realizaram-se 20 audições prévias.

No âmbito do protocolo da CITE com a Associação QI – Questão de Igualdade, foi realizada 1 ação de formação em “Igualdade de género e planos para a igualdade”, com a duração de 7 horas, para dirigentes, técnicos/as de recursos humanos, trabalhadores e trabalhadoras de empresas e entidades da economia social, com 20 participantes.

A CITE iniciou o projeto “Estudo e desenvolvimento de ferramenta de diagnóstico de disparidade salarial de género em empresas: calculadora DSG”, cuja candidatura ao POAT/FSE tinha sido submetida e aprovada em 2012. Este estudo tem por objetivos específicos ajudar as empresas a reconhecer e identificar as causas intrínsecas que potenciam a persistência das disparidades salariais entre homens e mulheres, nomeadamente no sentido de serem definidos planos de ação com vista a combater essas disparidades.

No âmbito do Grupo de Trabalho da Igualdade de Género da RSO PT, de que a CITE é membro fundador, coordenando este grupo desde a sua fundação, foram promovidos dois Workshops de divulgação e disseminação do *“Guião de visitas a entidades empregadoras com boas práticas em igualdade de género – uma metodologia”*, produto criado por este Grupo de Trabalho, um, em 19 de Setembro, integrado na *Mostra Social do Município de Oliveira de Azeméis*, e o outro em Julho, numa iniciativa da Câmara de *Vila Nova de Cerveira*.

Este Grupo de Trabalho desenvolveu e testou, ainda durante este ano, um Questionário, a ser aplicado em 2014, a todas as organizações da RSO PT, sobre a sua situação em matéria de Igualdade de género e Conciliação Trabalho /Família. Participou ainda, em Abril, na Convenção Nacional da RSO PT, onde apresentou, publicamente, o trabalho desenvolvido pelo Grupo, em matéria de igualdade de género, no âmbito da RSO PT.

A CIG e a CITE são membros do Grupo de Trabalho sobre a norma internacional de responsabilidade social ISO 26 000, integrando, também, um dos seus quatro subgrupos de trabalho (o subgrupo dos Direitos Humanos e Práticas Laborais). Este subgrupo participou na

construção do Glossário de Responsabilidade Social, tratando e introduzindo os termos relativos a Direitos Humanos e Práticas Laborais, tendo o Glossário ficado concluído, para divulgação, em Dezembro de 2013.

Para assinalar o Dia Europeu da Igualdade Salarial e o Dia Nacional da Igualdade Salarial (28 de fevereiro e 6 de março, respetivamente), a CITE realizou uma série de atividades de sensibilização sobre a temática da Igualdade salarial, entre as quais a participação no Programa Sociedade Civil, da RTP 2, e no Programa no canal Económico TV, uma entrevista à revista Negócios, um debate na Bolsa de Valores de Lisboa, um debate na Assembleia da República e ainda a conceção e lançamento de uma campanha de sensibilização da opinião pública sobre a persistência da desigualdade salarial entre mulheres e homens.

Esta campanha consistiu em conceção de cartazes, de diferentes dimensões, que foram divulgados por diversos meios, nomeadamente nos meios de transportes públicos coletivos e em posters de rua na cidade de Lisboa, Almada e Porto. Associaram-se à CITE, a título gracioso, na divulgação desta campanha, a Carris - Transportes de Lisboa, a Transtejo,S.A/Soflusa,S.A, a TST – Transportes Sul do Tejo, a Fertagus - Travessia do Tejo, S.A., e o MTS – Metro Transportes do Sul, com a disponibilização de cerca de 1000 cartazes nos interiores dos veículos e/ou nas respetivas estações de embarque/desembarque de passageiros.

Foi também promovida uma Campanha na rua, feita através da divulgação de cartazes em 10 “oppis” da empresa CEMUSA, em zonas centrais de Lisboa, e em 200 “mupis”, nas estações da CP e Metropolitano da grande Lisboa e do grande Porto. No dia 6 de março, e a fim de sensibilizar os principais agentes do mercado de trabalho, a CITE ofereceu aos CEO das maiores empresas portuguesas (incluindo, entre outras, as do índice PSI 20), aos parceiros sociais, a associações patronais/empresarias, bem como a “opinion makers” relevantes, um presente simbólico e alusivo a este dia. A campanha foi também divulgada no site da CITE, que disponibilizou igualmente informação e dados estatísticos atualizados sobre desigualdade salarial entre mulheres e homens, na página da CITE no facebook. Foi também enviada à comunicação social, para divulgação, uma nota de imprensa sobre a campanha.

A CITE e a CIG integraram a equipa de trabalho que concebeu e elaborou o Relatório sobre diferenciações salariais, por ramo de atividade, relativamente ao ano de 2011, que visa concretizar o objetivo da alínea a) da Resolução do Conselho de Ministros nº 13/2013. Este

relatório constituiu uma primeira “fotografia” da realidade do País no que diz respeito às diferenças remuneratórias existentes entre homens e mulheres nas diferentes atividades económicas existentes. Foram tratadas um total de 84 atividades económicas (quatro não dispunham de informação). Nas diferentes atividades económicas, o gap salarial entre mulheres e homens foi analisado relativamente à remuneração média mensal base e ao ganho médio mensal. As variáveis utilizadas, para cada uma destas duas remunerações, dizem respeito ao sexo, à idade, ao nível de habilitação literária bem como ao nível de qualificação.

27 | Promover a utilização da licença parental por parte dos homens.

A CITE, durante 2013, promoveu diversas atividades de sensibilização sobre o uso das licenças parentais, a saber:

- Realização de 2 Workshops de sensibilização “*Parentalidade – bom para os pais, melhor para os filhos*”, dirigido a mães e pais e associações de pais, promovido em colaboração com a revista “mamãs e bebés” (num total de 20 participantes);
- Intervenção na Conferência Igualdade Parental no séc. XXI – Refletir e Agir em Prol da Coparentalidade, promovida pela Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos, que decorreu em Junho, em Coimbra;
- Intervenção no 1º Encontro sobre “Promoção de Políticas Amigas da Família”, promovido pela Associação Abraçar a Família, que decorreu em Lisboa, em Dezembro.

Em 2011, a CITE passou a analisar e apreciar a legalidade de disposições em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho e no emprego constantes de instrumento de regulamentação coletiva. Este trabalho feito em grupo de trabalho tripartido (CITE/ACT/DGERT/SEAPI/MFAP/MP/CGTP-IN/UGT/CIP/CCP/CTP/CAP) permite a alteração de regulamentação coletiva que contém cláusulas discriminatórias, nomeadamente em termos de proteção na parentalidade, contribuindo para promover a partilha do uso da licença parental entre pais e mães trabalhadores. (**cf. Medida 26**).

Conceção e lançamento de uma Campanha de sensibilização da opinião pública sobre conciliação da vida profissional e da vida familiar, intitulado “TEMPO PARA TER TEMPO”. Esta campanha teve um lançamento público a 21 de Outubro. (**cf. Medida 26**).

No âmbito do protocolo estabelecido entre a CITE e a Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos, com o objetivo do desenvolvimento de atividades e ações de promoção da conciliação trabalho-família no masculino e uso de licenças parentais, foi organizado, no dia 12 de Dezembro, em Lisboa, o Colóquio “*Vamos conversar sobre conciliação entre a vida profissional e familiar no masculino: diferenças no caminho da igualdade*”.

Ainda a referir a participação da CITE no Programa Sociedade Civil, da RTP 2, sobre o tema “Filhos ou carreiras”.

- 28 Conferir visibilidade ao valor do trabalho não remunerado de apoio à vida familiar, através da realização de um inquérito nacional aos usos do tempo por homens e mulheres.

Foi apresentada proposta de um projeto para a realização do inquérito nacional aos usos do tempo por homens e mulheres, a integrar o Programa PT 07 – Integração da Igualdade de Género e promoção do equilíbrio entre o trabalho e a vida privada – do Mecanismo Financeiro EEA GRANTS (reprogramação do período de 2009-2014 deste fundo). O início do projeto, previsto para 2013, repercutiu um atraso registado no funcionamento deste Mecanismo, pelo que o projeto só terá início em 2014.

- 29 Promover mecanismos de informação sobre a parentalidade, utilizando, nomeadamente, medidas SIMPLEX.

O Portal “Universos de Conciliação” teve, em 2013, 232.164 visitantes. A coordenação deste Portal, que foi um dos produtos de um Projeto EQUAL, designado “Conciliar é Preciso”, tem sido assegurada pela CIG, em parceria com outras entidades (ANJAF, Câmara Municipal de Oeiras, Câmara Municipal de Valongo, ANIMAR e ISS), através da manutenção da informação sobre a temática da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. O portal apresenta os seguintes conteúdos: artigos científicos e de imprensa; legislação nacional e internacional; conceitos e indicadores; boas práticas nas organizações; práticas promissoras; links, contactos e uma base de dados de recursos sobre equipamentos sociais locais.

Foi concluído o folheto informativo sobre “Informações sobre Parentalidade”, produzido pela CIG, em articulação com ACIDI, o qual se destina especialmente à população imigrante,

oriunda de países falantes das seguintes línguas: português, russo, romeno, francês, inglês e mandarim. A estratégia de distribuição privilegiou o pessoal técnico e mediadores/as dos Centros Nacionais de Apoio a Imigrantes (CNAI-ACIDI), pessoal técnico das autarquias/CLAI, associações de imigrantes, utentes dos centros de saúde, nas consultas de planeamento familiar e nas maternidades, nas consultas de ginecologia e de infertilidade (distribuição através da Direção-Geral da Saúde), entre outras entidades.

Está concluída a norma guia “Organizações Familiarmente Responsáveis”, tendo o Instituto Português da Qualidade (uma das entidades que integrou a Comissão Técnica encarregada de criar a norma guia), promovido uma consulta pública entre 15 de dezembro 2013 e 30 de janeiro 2014. Após o prazo de consulta pública, serão feitas as diligências administrativas necessárias à sua publicação.

Para a execução desta medida, a ACT, durante o ano de 2013, no âmbito da sua missão de aconselhamento e informação, fez divulgar no seu sítio da internet (www.act.gov.pt) um conjunto de questões frequentes sobre as normas laborais relativas à proteção da parentalidade, nomeadamente as relacionadas com o gozo de licenças, dispensas e faltas bem como o direito a regimes específicos de organização dos tempos de trabalho.

Paralelamente, a ACT desenvolveu a sua atribuição de sensibilização e informação nesta matéria, quer nos postos de atendimento que deteve, até meados de 2013, nas lojas do cidadão, quer no serviço informativo, desenvolvido presencial e telefonicamente, nos 32 serviços desconcentrados dispersos pelo território continental e disponíveis ao público em geral.

A CITE promoveu diversas atividades de sensibilização sobre o uso das licenças parentais (**cf. medida 27**).

A CITE continuou, durante 2013, a disseminação do Spot (produzido em 2011) sobre o uso da licença de parentalidade, que faz a promoção da utilização e partilha da licença pelos pais, em encontros, ações de sensibilização/formação, seminários e workshops que realizou.

Toda a atividade de informação da CITE, nomeadamente a prestada através da Linha Verde de atendimento jurídico especializada sobre direitos em matérias de igualdade entre homens e

mulheres no trabalho e no emprego e o atendimento presencial, contribuem para a concretização desta medida. Em 2013, realizaram-se, na CITE, 109 atendimentos presenciais, 1.956 atendimentos através da linha verde e foram dadas respostas a 363 pedidos de informação, via correio eletrónico, pela equipa de juristas.

A CITE emitiu Pareceres jurídicos e respondeu a queixas relativas à proteção na parentalidade e conciliação da vida profissional e vida familiar.

Durante 2013, a CITE procedeu à divulgação da temática através dos *media*:

- Participação em programa sobre despedimento de mulheres grávidas, no porto Canal;
- Entrevista sobre despedimento de mulheres grávidas, no Programa Despertar CM.

Área estratégica n.º 3 - Educação, Ensino Superior e Formação ao Longo da Vida

Nesta área, preveem-se 5 medidas. Em 2013, todas elas tiveram execução (100%).

Medidas

- 30 Promover ações de formação sobre igualdade de género, incluindo as questões da violência de género e do tráfico de seres humanos, nomeadamente através de financiamentos no âmbito da tipologia 7.4 do eixo n.º 7 do POPH.

Foram realizadas, pelo MEC, ações de formação, destinadas a docentes como forma de sensibilizar para o combate aos estereótipos e para a integração da dimensão de género na educação, em meio escolar. No ano de 2013, a DGE realizou, em articulação com a CIG, dez oficinas de formação, com o objetivo de contribuir para o conhecimento e utilização adequada dos quatro Guiões Educação Género e Cidadania (educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico), que constituem uma proposta inovadora de integração da dimensão de género nas práticas educativas e nas dinâmicas organizacionais dos estabelecimentos de educação e ensino.

Estiveram envolvidos 10 agrupamentos de escolas (3 da região norte, 2 de região centro, 3 da região LVT, 1 da região Alentejo e 1 da região algarve); inscreveram-se 196 docentes de todos os níveis de educação e ensino (168 mulheres e 28 homens) e reuniram condições de certificação 162 docentes (138 mulheres e 24 homens).

Foram distribuídos Guiões a cada um/a dos/as formandos/as, em função do seu grupo de docência, e foi distribuído 1 exemplar de cada Guião a cada um dos 10 agrupamentos de escolas envolvidos, para constar da sua Biblioteca escolar ou centro de recursos.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.4/8.7.4/9.7.4., apoio a Projetos de Formação Para Públicos Estratégicos, do POPH, estiveram em execução 137 projetos. Dos projetos em execução 129 contemplam ações de formação no âmbito da igualdade de género, dos quais, especificamente, 20 previram a realização de cursos de técnico de apoio à vítima, 21

promoveram ações de formação na área do tráfico de seres humanos e 6 deles contemplaram ações sobre o Plano Nacional de Ação para Implementação da RCSNU 1325.

- 31 Realizar o aperfeiçoamento, certificação e aplicação de referenciais de formação de formadores(as) e de formação inicial e contínua em igualdade de género, bem como a certificação de aptidão profissional de formadores(as) em igualdade de género.

Com o objetivo de dar cumprimento a esta medida, a CIG deu início aos procedimentos necessários para a certificação de pessoas e materiais em Igualdade de Género, com a elaboração dos requisitos necessários para a certificação de formadores/as em Igualdade de Género, bem como a criar as condições necessárias e legais para o efeito. Para tal, foram efetuadas reuniões que contaram com a participação de entidades parceiras nestas medidas, nomeadamente o IEFP e o MEE. Foi elaborada proposta, encontrando-se para análise jurídica do CEJUR.

Dos 137 projetos em execução, em 2013, das tipologias de intervenção 7.4/8.7.4/9.7.4., do POPH, 79 contemplavam a dinamização de Formação de Formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em Igualdade de Género agregada ao curso de curso de formação pedagógica inicial de formadores (IEFP), num total de 99 ações de formação. De igual forma, 46 projetos, num total de 57 ações, realizaram ações de Formação de Formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em Igualdade de Género e 107 projetos dinamizaram ações de formação em Igualdade de Género dirigidas a diferentes públicos estratégicos.

- 32 Criar uma bolsa de formadoras(es) e peritos(as) em igualdade de género e não discriminação que possam apoiar na formação de públicos estratégicos bem como no desenvolvimento, implementação e avaliação de programas e projetos neste âmbito.

Existe uma bolsa de formadores(as) em igualdade de género e não discriminação para apoiar na formação de públicos estratégicos, disponível online no Site da CIG. De referir que, com o processo de certificação (**Medida 31**), pretende-se reforçar esta bolsa.

- 33 | Produzir, divulgar e acompanhar a aplicação de instrumentos que promovam a igualdade de género e a cidadania junto dos(as) alunos(as):
- a) Implementar os guiões para igualdade no pré -escolar e 3.º ciclo;
 - b) Elaborar e implementar os guiões para os 1.º e 2.º ciclo.

Foi disponibilizado em linha, pela CIG, a versão digital, em língua inglesa, dos Guiões de Educação Género e Cidadania do pré-escolar e do 3º ciclo, no site da CIG e no Portal da Igualdade¹⁰. Igualmente, procedeu-se à divulgação, via email, dos Guiões em inglês, junto das respetivas equipas autoras e dos elementos que participaram no Seminário sobre *Exchange of good practices on gender equality. Gender and education*, a 18-19 outubro de 2012, em Lisboa, promovido pela Comissão Europeia.

No que respeita à implementação dos Guiões de Educação e Cidadania, foram realizadas as seguintes atividades:

a) Apresentação e divulgação dos Guiões de Educação Género e Cidadania em:

- Porto, realizou-se, no dia 25 de fevereiro de 2013, na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, um Seminário sobre o tema “Género e Educação: os Guiões de Educação Género e Cidadania”, organizado pela Profª. Doutora Paula Silva, daquela Faculdade, e pela CIG. O objetivo deste seminário foi a apresentação dos quatro guiões e a sensibilização de docentes e de discentes para a integração das questões de género e da relação entre género e saúde nos currículos.
- Seixal, sessão para profissionais do pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como para docentes responsáveis pelas bibliotecas escolares, do concelho, a 8 de abril de 2013, promovida pela C. M. do Seixal em colaboração com a CIG, no quadro das Comemorações do 25 de abril.
- Beja, para docentes e estudantes da ESE dos cursos de Educação Básica e para educadoras de infância e docentes dos ensinos básico e secundário, a 3 de junho de 2013, promovido pela Escola Superior de Educação de Beja.

¹⁰

http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/GENDER_CITIZ_PRESCHOOL_7_8JUNHO.PDF;
http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/GENDER_CITIZ_3RDCYCLE_21JUNHO13.PDF

- Figueira da Foz, no Seminário “Caminhos de Igualdade” para profissionais de educação, a 24 de abril de 2013, promovido pela C. M. da Figueira da Foz no âmbito do Projeto apoiado pelo POPH, Tipologia 7.2.
- Portalegre, Seminário “Educar e viver em igualdade de género: uma tarde para refletir”, intervenção da coordenação (CIG) e autoras dos Guiões (Universidade de Évora e Escola Superior de Educação de Santarém), estudantes e docentes do ensino superior e para profissionais de educação, a 9 de abril de 2013, promovido pela ESE de Portalegre e pela CIG.
- Arruda dos Vinhos, sessão sobre os Guiões para profissionais de educação de infância e do 1º ciclo, no âmbito do Programa de receção aos e às docentes, a 5 de setembro, promovido pela Câmara Municipal da Arruda dos Vinhos;
- Lisboa, sessão integrada no Painel “Género, Educação e Cidadania” das V Jornadas Nacionais de Educação pelos Pares subordinada ao tema *Saúde, Sexualidade e Educação*, promovidas pela Fundação Portuguesa a Comunidade contra a Sida, a 31 de outubro.

b) Ações de Formação creditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) para profissionais de educação:

- Sintra, Seminário final do Curso de Formação Contínua *Educação, Género e Cidadania*, promovido pela Escola Superior de Educação de Lisboa, em colaboração com a CIG e a Câmara Municipal de Sintra (50h), destinado a docentes do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, a 11 de julho, na EB1 da Várzea de Sintra, promovido pela ESEL;
- Realização/conclusão de 10 edições da Oficina de Formação *Género e Cidadania* (30h/cada), para profissionais de educação do pré-escolar ao secundário, abrangendo 11 agrupamentos escolares e realizadas entre setembro e dezembro, respetivamente, em Mesão Frio, Vila do Prado, Porto, Viseu, Batalha, Sintra, Vila Franca de Xira, Azeitão, Cuba e Olhão, promovidas pela Direção Geral de Educação (DGE), com a colaboração da CIG e a participação de seis das autoras dos Guiões. Frequentaram as 10 ações de formação 167 docentes, 86% do sexo feminino e 14% do sexo masculino.
- Distribuição dos Guiões de Educação e de outras publicações da CIG, destinadas à educação, pelas formandas e pelos formandos do pré-escolar, 1º e 2º ciclos e envio de exemplares do Guião do 3º ciclo, bem como de outras publicações da CIG, para reforço do acervo documental das bibliotecas das escolas sede dos respetivos Agrupamentos;

- Levantamento das escolas do 1º ciclo, com biblioteca, pertencentes aos 12 agrupamentos, e posterior envio das publicações da CIG destinadas a este ciclo de ensino e à educação de infância;
- Realização/conclusão de duas ações de formação em Coimbra (30 horas/cada), pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, abrangendo 29 agrupamentos escolares e terminando, respetivamente, 30 de novembro e a 14 de dezembro. Frequentaram as 2 ações de formação 40 docentes, 87,5% do sexo feminino e 12,5% do sexo masculino.
- Realização/conclusão de duas ações de formação no Seixal (30 horas/cada), pela ESE de Setúbal, abrangendo 9 agrupamentos escolares e terminando ambas a 7 de dezembro. Frequentaram as 2 ações de formação 45 docentes, 83% do sexo feminino e 7% do sexo masculino (dados provisórios)
- Realização/conclusão de duas ações de formação em Santarém (30 horas/cada), pela ESE de Santarém, abrangendo 7 agrupamentos escolares, terminando a primeira a 16 de dezembro e tendo sido adiada a segunda para 6 de janeiro de 2014.
- Total abrangido pelas ações de formação em curso, a cargo das 3 instituições de ensino superior (FPCE_U. Coimbra; ESE de Setúbal e ESE de Santarém): 45 agrupamentos escolares pertencentes, no seu conjunto, a 26 concelhos distribuídos por 7 distritos (Aveiro, Coimbra, Leiria, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu).
- Realização de um Seminário para encerrar as duas oficinas de formação promovidas pela ESE de Setúbal, a 7 de setembro, nas instalações da Câmara Municipal do Seixal, parceira desta formação.
- Realização da primeira parte da ação de formação *Cidadania e Género*, promovida pela ESE de Lisboa, num total de 9 Seminários teórico-práticos, num total de 12,30 horas, da responsabilidade, respetivamente, da CIG, da ESE de Lisboa, da ESE de Santarém, do IPDJ, do GRAAL, da ESE de Setúbal, do MDM, e do Agrupamento de Escolas da Laranjeira. Frequentaram esta ação, enquanto formação contínua, docentes do pré-escolar e do 1º ciclo dos concelhos de Sintra e de Lisboa, e, enquanto formação inicial, estudantes dos cursos de educação de infância e ensino básico da ESE de Lisboa.

A CIG estabeleceu dois protocolos: um com o Instituto Politécnico de Portalegre, no domínio da investigação e da formação em Género e Educação, nomeadamente através da Escola Superior de Educação, a 9 de abril de 2013; e com a Universidade da Beira Interior, no domínio da investigação e formação em Género e Educação, a 30 de maio de 2013

Realizou-se e disponibilizou-se em linha, no sítio web da DGE, um webin@r sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, com a duração de cerca de 30 minutos, da responsabilidade da CIG e com a participação de Elisabete Brasil da UMAR. (<http://webinar.dge.mec.pt/2013/11/07/o-dia-que-recorda-a-violencia-sobre-as-mulheres/>)

- 34 Fomentar a incorporação do conhecimento científico produzido nos domínios dos estudos de género e dos estudos sobre as mulheres nos currículos dos cursos de graduação e de pós -graduação do ensino superior, no atual quadro do Acordo de Bolonha.

Foi assegurada a nova edição, em 2012/13, da Unidade Eletiva sobre "Género e Cidadania" na Licenciatura em Ensino Básico da ESE de Lisboa. A CIG estabeleceu protocolos com o Instituto Politécnico de Portalegre e com a Universidade da Beira Interior. (**Cf. medida 33**)

Celebrou, ainda, dois protocolos de colaboração, respetivamente com o Instituto Politécnico de Setúbal, a 7 de outubro de 2013, e com a Universidade Aberta, a 21 de novembro, no âmbito do mainstreaming de género na qualificação profissional e da formação inicial e contínua, em especial de profissionais de educação e de animação socioeducativa, assim como do incentivo à investigação, no quadro dos cursos dos 1, 2º e 3º ciclos.

Área estratégica n.º 4 - Saúde

Nesta Área, preveem-se 6 medidas, 3 das quais de sensibilização (medidas 35, 36 e 37). Durante 2013, todas as medidas (100%) tiveram execução.

Medidas

- | | |
|----|---|
| 35 | <p>Promover ações de sensibilização sobre saúde e género no âmbito da saúde sexual e reprodutiva centrada nos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Eliminação dos estereótipos de género; b) Planeamento familiar, contraceção e interrupção voluntária da gravidez; c) Atendimento não discriminatório (igualdade de género, orientação sexual e identidade de género). |
|----|---|

O Ministério da Saúde (MS) mantém a disponibilização de informação no micro *site* da Direção Geral da Saúde, em www.saudereprodutiva.dgs.pt. Foram realizadas 2 Ações de Formação sobre “contraceção após gravidez”, organizadas pelo MS.

No âmbito do Programa CUIDA-TE, do IPDJ, que tem como objetivo educar para a saúde, promovendo a aquisição de conhecimentos e competências nesta área, de forma global e integradora, inter-relacionando as suas diferentes componentes (somáticas, psicoafectivas e sociais), foram realizadas as seguintes atividades:

Unidades Móveis

As Unidades Móveis, devidamente apetrechadas e com uma equipa técnica especializada na área da saúde juvenil, deslocam-se para realizar o atendimento e aconselhamento aos jovens, bem como realizar ações de sensibilização. N.º de intervenções – 121; N.º de participantes envolvidos/as – 19.872.

Teatro debate

Ações de Teatro debate sobre tema de interesse dos Jovens relacionadas com a promoção da sua saúde, que estimulam a reflexão e o debate sobre problemas que querem discutir. N.º de intervenções – 34; N.º de participantes envolvidos/as – 2.910.

Gabinetes de Saúde Juvenil - Consultas gratuitas

Espaços de atendimento gratuitos, de aconselhamento, anónimos e confidenciais, nomeadamente nas áreas da sexualidade, consumos nocivos, nutrição e exercício físico.

Linha Telefónica de Ajuda - SEXUALIDADE EM LINHA.

Informação, esclarecimento, orientação e encaminhamento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva. N.º de intervenções – 36.885.

Ações de sensibilização

O IPDJ organiza e colabora, em parceria com outras entidades, sessões de divulgação e informação. É de salientar que o IPDJ está presente em alguns festivais de verão disponibilizando informação sobre as matérias em apreço. N.º de intervenções – 12; N.º de participantes envolvidos/as – 9.357.

- 36 Promover ações de sensibilização sobre saúde e género tendo em conta as especificidades de género no acesso e tipos de cuidados de saúde.

É disponibilizada informação para o público e para profissionais em www.saudereprodutiva.dgs.pt

O Ministério da Saúde dá apoio científico e promove intervenções em diversas iniciativas de entidades públicas e privadas, nestas matérias.

- 37 Promover ações de sensibilização sobre saúde e género no âmbito dos cuidados a prestar em situações de:
- a) Violência de género, nomeadamente mutilação genital feminina;
 - b) Violência doméstica.

No dia 6 de Fevereiro de 2013, com vista a assinalar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, a CIG promoveu uma sessão evocativa desse dia, no Auditório do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, no Barreiro. A sessão, de carácter formativo, dirigiu-se particularmente a profissionais de saúde, tendo incluído uma conferência de enquadramento intitulada “Saúde – Conduta e Resposta nas Comunidades”, dinamizada por representante da DGS no Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF. (**Cf. Medida 58**).

No que se refere à colaboração entre a CIG e o ACIDI, deu-se continuidade, em 2013, à Ação de Formação Igualdade de Género e Violência de Género, com uma duração de 17 horas, constituída por módulos sobre Igualdade de Género, Mutilação Genital Feminina, Violência de Género/Doméstica e Tráfico de Seres Humanos. Esta formação destina-se a toda a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII).¹¹ Em 2013, realizou-se mais uma ação de formação em Lisboa, nos dias 26 e 27 de Setembro e 3 de Outubro, tendo participado 12 profissionais, técnicas e mediadoras socioculturais do CNAII, bem como técnicas de alguns CLAII da área da Grande Lisboa (12-M).

Decorreu, na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, entre os dias 3 de Outubro e 21 de Novembro, um curso de Pós-Graduação intitulado “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”, dirigido a profissionais de saúde (médicos/as e enfermeiros/as), em atividade em alguns dos equipamentos de saúde da área da Grande Lisboa. Este curso decorreu de um protocolo assinado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, a Direção Geral de Saúde e a Associação para o Planeamento da Família, e teve como objetivo capacitar os/as formandos/as para, nos contextos da sua intervenção junto das comunidades potencialmente em risco, assumirem um papel educativo na prevenção desta prática e/ou na prevenção de complicações decorrentes da MGF. A CIG dinamizou dois módulos neste curso de pós-graduação sobre Igualdade de Género e Violência de Género. Frequentaram este curso 25 (23-M/2-H) profissionais de saúde.

38 | Acompanhar a aplicação da lei da interrupção voluntária da gravidez.

O acompanhamento da aplicação da lei da interrupção voluntária da gravidez é uma atividade de execução corrente do Ministério da Saúde.

Os Relatórios dos Registos de Interrupção de Gravidez (anuais) são elaborados, a partir dos registos efetuados pelas unidades de saúde prestadoras na base informática sediada na Direção-Geral da Saúde (DGS), no 1º trimestre do ano seguinte.

Salienta-se que todas as interrupções da gravidez efetuadas ao abrigo do nº 1 do Artigo 142º do Código Penal, são de declaração obrigatória à DGS, conforme dispõe o Artigo n. 8º da Portaria 741-A/2007, de 21 de junho, através de um registo normalizado.

¹¹ Esta ação dá resposta, também, às medidas 56, 57, 58, 62.

- 39 Promover o desenvolvimento de abordagens preventivas, multissetoriais e integradas de combate à feminização do VIH/sida, designadamente, através da disseminação da utilização do preservativo feminino.

Em 2013, foi realizada a 2ª Conferência sobre a infeção VIH em grupos de difícil acesso, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, nos dias 25 e 26 de Março. Para assinalar a conclusão de quatro anos do "Projecto PREVIH, infeção VIH nos grupos de homens que têm relações sexuais com homens e trabalhadores/as sexuais: prevalência, determinantes e intervenções de prevenção e acesso aos serviços de saúde" sobre a incidência da infeção pelo vírus da sida em grupos de difícil acesso, o Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA, em parceria com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, levou a cabo a 2ª Conferência Internacional sobre este tema. Este Projeto está a desenvolver um estudo sobre VIH/SIDA em homens que têm relações sexuais com homens (HSH) e pretende melhorar o acesso à informação, prevenção e aos serviços de saúde. A meta do projeto em apreço é contribuir para a redução da transmissão da infeção VIH/SIDA na população em causa, tida como mais vulnerável, visando ainda estimar a prevalência da infeção e conhecer os seus determinantes junto dos HSH portugueses. Em debate estiveram temáticas da atualidade na área do VIH/SIDA como políticas e programas de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e cuidados de saúde de qualidade e acesso aos tratamentos nos grupos de difícil acesso.

No âmbito do Programa Cuida-te, do IPDJ, foram distribuídos, nos Festivais de Verão, 3.102 preservativos femininos e 20.000 preservativos masculinos.

O MEC, através da DGE, acreditou, junto do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, uma oficina de formação "A educação sexual em meio escolar: metodologias de abordagem/intervenção", (registo CCPFC/AAC – 63844/10); com a duração de 50h. Esta oficina de formação foi cedida aos Centros de Formação das Associações de Escolas (CFAE).

- 40 Promover a desagregação por sexo dos dados epidemiológicos relacionados com o perfil de saúde.

No Ministério da Saúde, a desagregação por sexo dos dados epidemiológicos, relacionados com o perfil de saúde, é uma atividade de execução corrente.

O Dossiê de Género, no tema Saúde, disponibiliza 44 indicadores, dos quais 41 foram atualizados. Dos 3 não atualizados, dois reportam-se à esperança de vida à nascença e aos 65+ anos, decorrendo a não atualização de uma quebra de série, relacionada com a aplicação de nova metodologia de cálculo. O terceiro indicador aguarda refrescamento.

Área estratégica n.º 5 - Ambiente e Organização do Território

Nesta Área, preveem-se 4 medidas. Durante 2013, foram executadas 3 medidas (75%) e 1 medida (25%) não teve execução (Medida 42).

Medidas

- 41 Promover ações de sensibilização dirigidas a públicos estratégicos a nível local para a integração da perspetiva de igualdade de género na estratégia organizacional e nas políticas locais.

Em 2013, a CIG promoveu um conjunto de sessões práticas sobre Planos Municipais para a Igualdade e Prevenção e Combate à Violência Doméstica, nas autarquias. Estas ações destinaram-se a públicos estratégicos a nível local para a integração da perspetiva de igualdade de género na estratégia organizacional e nas políticas locais. (**Cf. Medida 19**)

- 42 Criar um prémio anual para municípios «Viver em igualdade» destinado a premiar ações dirigidas à promoção da igualdade, cidadania e não discriminação.

Este Prémio foi criado e atribuído em 2012. É uma iniciativa bienal, promovida pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Portanto, no ano de 2013, não houve lugar à atribuição do prémio.

- 43 Instituir e divulgar o «Dia municipal para a igualdade».

Em 24 de Outubro de 2011, realizou-se em Valongo um Seminário de boas práticas municipais em Igualdade, onde foi lançado o desafio para tornar este dia o Dia Municipal para a Igualdade. Desde então, diversos municípios têm vindo a reconhecer e a assinalar esta data como o “**Dia Municipal para a Igualdade**”, desenvolvendo ações para comemoração da efeméride.

- 44 Reforçar as acessibilidades, a qualidade e adaptação dos transportes públicos às necessidades de homens e mulheres, assegurando serviços que facilitem a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.

A CIG procedeu ao envio de um questionário a todas as Câmaras Municipais para aferir da existência de inquéritos à mobilidade que integram a perspetiva de género. Foram recebidas 107 respostas, e o Relatório de monitorização foi finalizado no 1º semestre de 2013. Dos municípios que responderam, 36 realizam inquéritos à mobilidade, 54 não realizam e 17 não responderam a esta questão.

Área estratégica n.º 6 - Investigação e Sociedade do Conhecimento

Nesta Área, preveem-se 3 medidas. Durante 2013, duas (66,7%) tiveram execução, uma medida (a 45) não foi executada (33,3%).

Medidas

- 45 Consolidar o papel do Observatório de Género (SIIC) a nível da recolha de dados que permitam uma avaliação das políticas sectoriais na perspetiva de género, bem como na identificação das áreas críticas para informar a tomada de decisão política.

O SIIC está indisponível desde maio de 2013, quer ao público exterior, quer aos utilizadores internos (back-office). A instabilidade tecnológica da plataforma informática colocava sérios constrangimentos ao carregamento de novos conteúdos neste Sistema, aliando-se à obsolescência da sua estrutura fixa de organização da informação. Assim, optou-se por colocar o SIIC inacessível ao público, até se conseguirem os melhoramentos desejados, considerando-se esta medida sem execução em 2013.

- 46 Consolidar a implementação do protocolo entre a CIG e a FCT para a promoção de estudos de investigação na área de igualdade de género e não discriminação.

O Ministério da Educação e Ciência contribuiu para a execução desta medida, designadamente através da assinatura de um protocolo de colaboração entre a FCT e a CIG, em 12 de março, com vista ao financiamento de um projeto de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico, na modalidade de Estudo de Prevalência de Mutilação Genital Feminina (MGF) em Portugal, visando reforçar o conhecimento sobre esta temática no contexto nacional e potenciar o desenvolvimento de políticas de intervenção.

O concurso público para o financiamento do referido projeto esteve aberto de 20 março a 30 de abril de 2013. Após o período de avaliação, foram comunicados os resultados e a equipa que irá elaborar o Estudo propõe o seu desenvolvimento durante 2014. Está prevista a apresentação de um relatório intercalar dos primeiros 6 meses.

- 47 Monitorizar a evolução do quadro de investigadoras(es) por áreas científicas, desagregado por

sexo.

Estão disponíveis no Dossiê de Género 4 indicadores, que se reportam ao total de investigadores/as no Tema Educação. Estes indicadores foram, entretanto, descontinuados pelo GEP/MEC, dando lugar à preparação de uma nova série (em curso), na qual se procurará que seja também disponibilizada por áreas científica.

A CIG faz este acompanhamento, através dos dados estatísticos publicados no “Igualdade de Género em Portugal”, anualmente, e retirados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

A realização de programação, com vista à execução desta medida, estava dependente de informação estatística relevante, nomeadamente, relativa ao quadro de investigadores/as por áreas científicas, desagregado por sexo, disponível aquando da atualização de equipas, realizada anualmente pelas instituições financiadas pela FCT, I.P.. Atendendo a que esta atualização ocorre entre fevereiro e março de 2014, a divulgação dos dados estatísticos em causa só pode ser facultada no final desse período.

Área estratégica n.º 7 - Desporto e Cultura

Nesta Área, preveem-se 5 medidas. Durante 2013, todas tiveram execução (100%).

Medidas

- 48 Promover a participação equilibrada e não discriminatória de mulheres e homens no desporto através dos contratos -programa desportivos, particularmente os estabelecidos com as federações desportivas.

No âmbito do financiamento às federações desportivas, no ano de 2013, do IPDJ, foi incluída uma alínea própria para programas de desenvolvimento do desporto feminino, sendo que, para além da valorização da candidatura em caso da existência de um programa nesta área específica, estaria prevista uma consignação de verbas específica para este efeito, dotando os parceiros de condições para continuarem a desenvolver ações nesta área de especial relevância. Acresce que a participação feminina e a sua evolução fazem parte dos critérios de avaliação dos planos de atividade apresentados pelas federações desportivas.

- 49 Criar e implementar instrumentos para a efetiva igualdade nos prémios desportivos, pecuniários e outros, atribuídos em provas realizadas a nível nacional, regional e municipal.

Para boa execução desta medida, a CIG procedeu a um inquérito para aferir a efetiva igualdade nos prémios desportivos, pecuniários e outros, atribuídos em provas realizadas a nível regional e municipal. Foram recebidas 107 respostas e o relatório com os resultados deste inquérito foi elaborado durante o 1º semestre de 2013. Esses resultados apontam para a realização de 2 591 eventos que não preveem a atribuição de prémios pecuniários, 610 eventos com prémios pecuniários e 770 eventos sem referência explícita à natureza do prémio.

Quanto aos prémios pecuniários em provas desportivas, a maioria dos Municípios alegou não fazer distinção porque as provas eram abertas à participação de ambos os sexos, sem terem em consideração que, muitas vezes, existem prémios diferenciados para as provas masculinas e femininas.

Por outro lado, o IPDJ manteve as disposições contratuais que cumprem esta medida, estando vertido no texto dos contratos-programa de Desenvolvimento da Prática Desportiva (Cláusula 9ª), Enquadramento Técnico (Cláusula 7ª), Alto rendimento e Seleções Nacionais (Cláusula 8ª) e Eventos Desportivos Internacionais (Cláusula 8ª) o seguinte texto:

“Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º OUTORGANTE do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE.”

Os prémios por obtenção de resultados de elevado mérito desportivo, regulamentados pelas Portarias n.º 211/98, de 3 de abril, e n.º 393/97, de 17 de junho, não traduzem a discriminação no âmbito da medida supracitada. Acresce informar que os prémios concedidos no âmbito de organização de eventos desportivos não têm qualquer tipo de legislação especial que os enquadre e são da responsabilidade única dos respetivos promotores. Efetivamente, essas entidades organizam-se e prosseguem as suas atividades de acordo com os princípios da liberdade e são independentes do Estado, pelo que a administração (para além da disposição acima indicada e incluída nos contratos-programa celebrados com as federações desportivas) não tem outros instrumentos para desenvolver a medida tal como está perspetivada.

50

Promover a realização, em articulação com os municípios, de atividades culturais descentralizadas que integrem a perspetiva da igualdade de género.

Para boa execução desta medida, a CIG procedeu a um inquérito para aferir da realização, em articulação com os municípios, de atividades culturais. Foram recebidas 107 respostas e o relatório com os resultados deste inquérito foi elaborado durante o 1º semestre de 2013. O número final apurado, através das respostas obtidas, foi de 1.111 atividades culturais

realizadas que integram, de forma mais ou menos expressa, a perspetiva da igualdade de género.

- 51 | Atribuir a distinção «Mulheres criadoras de cultura» com o objetivo de dar visibilidade às mulheres que se notabilizam na produção cultural.

O GEPAC, em colaboração com a CIG, coordenou toda a preparação para a decisão final de atribuição da distinção, que teve lugar em cerimónia realizada no dia 8 de Abril, no Mosteiro dos Jerónimos. Foram distinguidas cinco *Mulheres Portuguesas da Cultura*:

- Teatro – Maria Germana Tânger;
- Dança – Anna Mascolo;
- Música – Joana Carneiro;
- Artes Plásticas – Joana Vasconcelos;
- Arquitetura – Inês Lobo.

- 52 | Promover a visibilidade da criação artística por parte das mulheres.

Projetos “Melhorar a informação sobre a cultura no feminino” e “Promover autoras desconhecidas”

A Inspeção-geral das Atividades Culturais integrou no seu planeamento para 2013-2014 a dimensão de cidadania e igualdade de género, através da inclusão, nos seus objetivos estratégicos, de dois novos projetos, denominados “Melhorar a informação sobre a cultura no feminino” e “Promover autoras desconhecidas”.

Para o efeito, e no âmbito da sua missão primordial, que é auditar o desempenho das entidades organicamente integradas e dependentes do Secretário de Estado da Cultura, garantir a segurança dos espetáculos artísticos, promover e defender os autores e autenticar e classificar os conteúdos culturais, a IGAC identificou o serviço relativo à Propriedade Intelectual – Registo de obras literárias, artísticas e científicas, uma vez que os clientes são maioritariamente particulares (homens e mulheres), para efeitos de análise estatística diferenciada.

Enquadrando o tema, consideram-se obras protegidas as criações intelectuais do domínio literário, científico e artístico, nos termos do código do direito de autor e direitos conexos.

Os resultados relativos ao ano de 2012, foram os seguintes:

Tipo de obra	Feminino	Masculino	Total feminino + masculino	Taxa de feminização (%)	Pessoas coletivas	Total
Artística	237	870	1 107	21,4	113	1 220
Literária	532	714	1 246	42,7	114	1 360
Científica	98	145	243	40,3	79	322
OCA ¹²	11	23	34	32,4	16	50
Total	878	1 752	2630	33,4	322	2 952

O projeto de responsabilidade social “Promover autoras desconhecidas”, iniciado em 2013, assenta no estabelecimento de parcerias com instituições, estando prevista uma abordagem gradual de sensibilização para a temática da propriedade intelectual, culminando com o lançamento de um concurso e com a divulgação dos trabalhos nos domínios artístico, literário ou científico de autoras desconhecidas.

Projeto “Ilustradoras Portuguesas” e “Concurso de escrita criativa em meio prisional”

Quanto ao eixo de trabalho “Ilustradoras Portuguesas”, deu-se continuidade ao que já se vinha fazendo, incluindo mais algumas biografias de ilustradoras na base de dados de Autores Portugueses da DGLAB, disponíveis *on-line* no sítio www.dglb.pt. Este é um trabalho sem fim à vista, visto que todos os anos há novas ilustradoras, cujo mérito é reconhecido nacionalmente e internacionalmente.

Foram igualmente desenvolvidas ações a propósito do “Ano Europeu dos Cidadãos”, que permitiram abordar a questão do género, nomeadamente no concurso de escrita criativa entre prisões.

“Perspetiva da igualdade no âmbito da cultura e das artes”

¹² OCA – Obra cinematográfica e audiovisual, atualmente no âmbito de atribuições do ICA.

Foi organizada a exposição «hetero q.b.», no Museu do Chiado, que se inscreveu numa programação que apresentou um conjunto internacional de obras em vídeo realizadas por mulheres, sobre temáticas que vão desde o feminismo ao lesbianismo e transgénero.

Foi promovido o espetáculo “FERNANDA - quem falará de nós, os últimos?” que teve no centro a grande atriz que foi Fernanda Alves.

Ainda durante 2013, foi organizada a exposição, no Museu do Teatro, em torno da encenadora Luzia Maria Martins.

Ainda a destacar o blogue “Em Cada Rosto Igualdade” - <http://emcadarostoigualdade.blogspot.pt>. Nasceu na DGARTES e, desde logo, como um instrumento que facilita a transversalização da questão da igualdade de género, cidadania e não discriminação, pelos serviços, e que tem em vista envolver os/as seus/suas trabalhadores/as nestas questões, contribuindo para dar seguimento às orientações nacionais e internacionais nesta matéria. O objetivo é alargá-lo às demais organizações que integram a área da Cultura na PCM, bem como torná-lo extensivo a todas as pessoas que intervêm no sector da Cultura e Artes.

A criação feminina no teatro

O compromisso do Teatro Nacional São João (TNSJ) assumido no âmbito do IV Plano para a Igualdade foi o da inclusão na programação artística de iniciativas que promovem a visibilidade da criação feminina em áreas tão diversas como a criação, tradução e encenação de obras apresentadas nos diversos espaços do TNSJ.

Projeto Lugares Mágicos

Em 2013, a DRC Algarve, com duas instituições da região, desenvolveu ações no âmbito da igualdade de género: Casa das Raparigas de Faro e Associação para o Aprofundamento da Cidadania (CIVIS).

No âmbito do projeto Lugares Mágicos, um projeto de educação artística, que tem como ponto de partida a Paisagem Cultural do Algarve – Faróis, a Casa das Raparigas de Faro foi, pela 2.ª vez, convidada a proporcionar novas e diversas experiências artísticas e patrimoniais às jovens da instituição.

Os ateliers cerâmicos foram a atividade artística desenvolvida com as jovens e teve como «fonte de inspiração» a Ilha do Farol, onde realizaram uma visita acompanhada pelo formador, ao farol de St.ª Maria e à descoberta da beleza natural do local.

No final da formação, que decorreu durante os meses de Abril e Maio e aos domingos de manhã, realizou-se a mostra pública dos trabalhos realizados, nas instalações do Museu Municipal de Arqueologia de Loulé.

Museu no feminino

O Museu Francisco Tavares Proença Júnior organizou uma mostra, intitulada “Museu no Feminino. Nós as mulheres”. O objetivo principal desta exposição, a terceira de um projeto denominado “Museu no Feminino”, foi ficar a conhecer as sensações que os/as visitantes sentem ao assumir as posturas, os gestos, as atitudes femininas, bem como igualmente provocar nas e nos visitantes uma reflexão sobre os papéis sociais femininos e as imagens estereotipadas, transmitidas quer pelo processo de socialização e educativo, quer pelos meios de comunicação.

Área estratégica n.º 8 - Media, Publicidade e Marketing

Nesta Área, preveem-se 3 medidas. Durante 2013, todas tiveram execução (100%).

Medidas

- 53 | Realizar ações de sensibilização/formação dirigidas a profissionais dos media sobre a eliminação dos estereótipos de género nas mensagens jornalísticas e publicitárias, nomeadamente através de financiamentos da tipologia 7.4 do eixo n.º 7 do POPH.

Realizou-se, entre os dias 7 e 16 de Maio, uma ação de formação “Género e Informação” (12 horas), em Setúbal. Esta iniciativa realizou-se no Instituto Politécnico de Setúbal e nela participaram jornalistas, com carteira profissional e em atividade naquele distrito, bem como estudantes de comunicação social daquele estabelecimento de ensino (20 participantes; 18-M/2-H). Este curso (que já conheceu outras realizações em Lisboa, Coimbra e Porto) passou a incluir um módulo específico sobre violência de género, centrado fundamentalmente nas temáticas da Mutilação Genital Feminina e Violência Doméstica.

Nos dias 26 e 28 de Novembro e 3 e 5 de Dezembro realizou-se uma nova ação de formação “Género e Informação”, em Lisboa, nas instalações do CENJOR. Esta ação contou com a presença de 18 formandos/as, jornalistas com carteira profissional e em atividade (17-M/1-H).

- 54 | Sensibilizar os profissionais dos *media* para a importância da produção jornalística sobre o tema da igualdade de género e não discriminação, nomeadamente através da atribuição do Prémio «Paridade — Mulheres e homens na comunicação social».
- 55 | Criar e atribuir anualmente uma distinção específica dirigida às empresas de marketing e publicidade promotoras de conteúdos não discriminatórios.

No seguimento da orientação superior para que se iniciasse a preparação de uma nova edição do Prémio Paridade: Mulheres e Homens na Comunicação Social, foi determinada a agregação da execução das medidas 54 e 55 do PNI e a consequente criação naquele prémio de duas

categorias distintas, uma para trabalhos na área do Jornalismo e outra para trabalhos na área do Marketing e Publicidade, com vista à racionalização de recursos humanos e financeiros.

A cerimónia do Prémio decorreu no dia 20 de outubro, no Palácio Foz. Isabel Nery foi a vencedora da 6ª edição deste prémio, na categoria Jornalismo, com o artigo «De Iletradas a Superletradas», publicado na revista Visão, no dia 13 de setembro de 2012. O Prémio, na categoria de marketing, não foi atribuído por não terem sido apresentadas candidaturas.

Área estratégica n.º 9 - Violência de Género

Nesta Área, preveem-se 5 medidas. Durante 2013, todas tiveram execução (100%).

Medidas

56 | Assegurar a articulação entre o IV PNI e o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica.

A CIG promoveu seminários práticos sobre Planos para a Igualdade e prevenção e combate à violência doméstica (**Cf. Medida 19**). Esta é uma organização conjunta dos Núcleos para a promoção da Cidadania e a Igualdade de Género (N-CIG) e da Violência Doméstica e de Violência de Género (N-VDVG), da CIG.

O curso de formação “Género e Informação”, destinado a profissionais de comunicação social, inscrito na Medida 53, passou a incluir um módulo específico sobre violência de género, centrado fundamentalmente nas temáticas da Mutilação Genital Feminina e Violência Doméstica. Como referido na **Medida 53**, realizaram-se 2 ações em 2013, em Setúbal e Lisboa, para um total de 38 pessoas(35-M/ 3-H).

O curso de Pós-Graduação intitulado “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”, dirigido a profissionais de saúde (25 médicos/as e enfermeiros/as), em atividade em alguns dos equipamentos de saúde da área da Grande Lisboa (vide medida 37), integrou um módulo sobre Violência de Género, dinamizado pela CIG.

A Ação de Formação Igualdade de Género e Violência de Género, destinada a técnicos/as e mediadores/as socioculturais (12-M/0-H) do CNAII e CLAII (ACIDI) da área da Grande Lisboa, integrou módulos sobre Violência de Género e Violência Doméstica (vide Medida 37).

No âmbito da apresentação conjunta pela CIG e pelo ACIDI e lançamento dos desdobráveis sobre Violência Doméstica, dirigidos às comunidades imigrantes, realizou-se no dia 20 de Junho 2013, a Sessão pública “Género e Interculturalidade”, que contou com a presença da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional. Foi realizada a distribuição desse material informativo pelos CNAI, CLAII, Associações de Imigrantes, parceiros e outros

contactos privilegiados do ACIDI, assim como disponibilizado no site. Foram ainda rentabilizados os canais de comunicação do ACIDI para veicular as mensagens/informação sobre esta área, nomeadamente nos Programas "Nós" e "Gente como Nós".

O MEC promoveu um Concurso Boas Práticas em Educação Para a Saúde, 2012-2013. Este concurso foi lançado em Abril de 2013. Concorreram 203 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas. Foram apresentadas 8 candidaturas na área da saúde mental e prevenção da violência. Foram distribuídos 10 prémios, 2 em cada uma das áreas. Os materiais concebidos pelas escolas no âmbito deste concurso estão divulgados na página da DGE, no microsite da Educação para a Saúde.

A DGE elaborou o relatório 2012/2013 sobre a execução do Edital, que se encontra disponível na página da DGE, microsite da educação para a saúde. Apresentaram projetos 419 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas. Das 419 candidaturas, 98% trabalham a área da educação sexual e, dentro desta área, 79% trabalham a identidade e género. Das 419 candidaturas, 92% trabalham a área da saúde mental e prevenção da violência (afetos e relações interpessoais- 84%; violência interpares – 72%; violência nas relações de namoro – 48%; MGF- 16%)

O IPDJ, em parceria com a DGE, lançou um concurso destinado às escolas subordinado ao tema "Prevenção da Violência no Namoro". Candidataram-se 77 estabelecimentos de ensino. Realizaram-se 657 ações de sensibilização, que envolveram diretamente 1.555 jovens e indiretamente 15.136 jovens do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. (**Cf. medida 75)**)

Em 2013, a GNR realizou uma ação de atualização no âmbito do Projeto IAVE (dirigida aos 23 chefes dos NIAVE- Núcleos Investigação e Apoio a Vítimas Específicas). Nesta ação de formação para os Chefes dos NIAVE, os temas abordados foram: mutilação genital feminina, violência em relações de namoro, tráfico de seres humanos, enquadramento legal e direitos das vítimas, violência contra mulheres idosas, intervenção policial com população LGBT e intervenção policial na comunidade cigana. (**Cf. 57, 58, 62 e 66)**)

A GNR, através dos elementos do projeto IAVE, ministrou diversas ações de sensibilização sobre VD/violência no namoro na comunidade (num total de 42h), envolvendo um total de 812 “formandos/as” (390H e 422 M). (**Cf. medida 75**)

A PSP também colaborou na realização de diversas iniciativas de sensibilização, no âmbito da VD/violência no namoro, a nível local. (**Cf. medida 75**)

57 | Assegurar a articulação entre o IV PNI e o II PNCTSH.

A Ação de Formação Igualdade de Género e Violência de Género, destinada a técnicos/as e mediadores/as socioculturais do CNAII e CLAII (ACIDI) da área da Grande Lisboa, integrou um módulo sobre Tráfico de Seres Humanos (**Cf. Medida 37**).

As ações de sensibilização e informação promovidas pela CIG, destinadas às conselheiras e conselheiros para a igualdade e membros das equipas interdepartamentais, da Administração Pública Central (**Cf. Medida 7**), integraram o tema do tráfico de seres humanos.

Também as sessões práticas promovidas pela CIG para formação de conselheiras e conselheiros locais para a igualdade (**Cf. Medida 19**) integraram um módulo sobre tráfico de seres humanos.

58 | Adotar no âmbito do IV PNI o Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina e promover todas as suas ações.

Foi adotado, em 2011, o II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina. As ações desenvolvidas, em 2013, encontram-se reportadas no “RELATÓRIO II PAEMGF - 2013”.

59 | Promover iniciativas que combatam a violência de género e a violência doméstica no quadro da responsabilidade social das empresas.

A Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), do Ministério da Economia e do Emprego, lançou um Questionário sobre atividades empresariais com a finalidade de sinalizar e despistar

eventuais situações de violência doméstica, incluindo a recolha das eventuais práticas existentes em matéria de RSE com incidência neste âmbito. O IAPMEI promove, em articulação com a DGAE, e de forma sistemática, no seu portal e junto das empresas a resposta ao questionário “Contributo na sinalização e/ou acompanhamento de situações de violência doméstica”.

Igualmente, foi proposta, pela CIG, a inclusão desta temática no novo Regulamento do Prémio “Igualdade é Qualidade” (PIQ)¹³.

60 | Prevenir e combater o assédio sexual e moral no local de trabalho através da promoção de ações de sensibilização e informação.

Foi apresentada uma proposta de um projeto para a realização de um inquérito nacional ao assédio no mercado de trabalho, que abrangerá o assédio sexual e moral a homens e mulheres, numa amostra a nível nacional, a integrar o Programa PT 07 – Integração da Igualdade de Género e promoção do equilíbrio entre o trabalho e a vida privada – do Mecanismo Financeiro EEA GRANTS (reprogramação do período de 2009-2014 deste fundo). O projeto prevê, para além da realização do inquérito, a criação de vários instrumentos de formação para prevenção e combate ao fenómeno do assédio no mercado de trabalho. O projeto conta com os seguintes parceiros: KS (Parceiro social norueguês), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Ordem dos Advogados (OA), Centro de Estudos Judiciários (CEJ), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – CIEG: Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Câmara Municipal de Lisboa (CML) e uma média empresa da área do marketing, a empresa GRAFE. O projeto decorre em 2013 e 2014.

A ACT colaborou, juntamente com a CITE e com os parceiros sociais, na elaboração e desenvolvimento do Guia Informativo “Prevenção e Combate de Situações de Assédio no Local de Trabalho: um instrumento de apoio à autorregulação” – “Assédio no trabalho: conhecer, prevenir, combater”. O guia, de natureza informativa, visou dotar as entidades empregadoras quer públicas, quer privadas, de um instrumento facilitador para a adoção de políticas empresariais de prevenção, combate e erradicação dos comportamentos suscetíveis de configurar assédio moral ou sexual em meio laboral. Esta matéria foi ainda objeto de debate

¹³ - Cf. Medida 6 do PNCVD.

no programa televisivo da RTP2 “Sociedade Civil”, de 24 de setembro, e contou com o contributo da ACT.

A par destes instrumentos e à semelhança do que sucedeu com a **medida 29**, a ACT desenvolveu ações de informação e aconselhamento com recurso aos meios já referenciados.

Atividades de divulgação e sensibilização sobre o tema:

- Workshop “Assédio no local de trabalho: conhecer, prevenir, combater”, realizado no âmbito da participação da CITE na 8ª Semana da Responsabilidade Social, promovida pela APEE e que decorreu de 03 a 07 de Junho;
- Intervenção “Assédio no local de trabalho: conhecer, prevenir, combater”, no colóquio “Avaliação de riscos”, organizado pela XZ Consultores;
- No âmbito do Protocolo estabelecido entre a CITE e a UMAR, a CITE participou em 2 mesas redondas sobre “Assédio sexual no local de trabalho”, organizadas pela UMAR, que decorreram em Dezembro, no Porto e Braga;
- Intervenção “Assédio no local de trabalho: conhecer, prevenir, combater”, no Congresso RICOT 2013 – Congresso Internacional sobre Condições de Trabalho, que decorreu em Setembro, no Porto, organizado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, no âmbito da Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho.

Área estratégica n.º 10 - Inclusão Social

Nesta Área, preveem-se 4 medidas. Durante 2013, todas tiveram execução (100%).

Medidas

- 61 | Conceber e divulgar informação em suportes de comunicação de acesso universal sobre oportunidades de educação, formação profissional, emprego e auto-emprego para grupos com especial vulnerabilidade.

O ACIDI, no âmbito da sua missão de contribuir para o melhor acolhimento e integração das comunidades imigrantes em Portugal, criou um conjunto de respostas específicas ou integradas, nomeadamente:

- 1) Continuidade do projeto de Empreendedorismo Imigrante (PEI) com 305 participantes ao todo, das quais 200 mulheres.
- 2) Continuidade do Programa PPT - Português para Todos (as estatísticas ainda estão a ser tratadas, pelo que ainda não existe a informação dos números totais e desagregados por sexo).

O *Ensino a Distância para a Itinerância* é um projeto do MEC criado pela Portaria n.º 812/2010, de 26 de Agosto, tem como principal finalidade garantir o funcionamento do serviço educativo de ensino à distância destinado a alunos itinerantes. Assegurando e dando continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido pela “Escola Móvel”, este projeto visa proporcionar condições para a aprendizagem de alunos filhos de profissionais itinerantes, dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Desde 2006, a DGE disponibiliza uma base de dados dos alunos filhos de profissionais itinerantes que permite acompanhar e monitorizar o percurso educativo destes alunos, ao longo dos anos letivos.

A PSP está, desde 2012, a desenvolver um Programa Especial (“Significativo Azul”) em colaboração com a FENACERCI, especificamente orientado para a população com deficiência intelectual e multideficiência, por ser considerado um grupo especialmente vulnerável.

62

Sensibilizar os organismos competentes para a necessidade de monitorizar a situação das raparigas e mulheres pertencentes a grupos especialmente vulneráveis e ou propensos a discriminações múltiplas, bem como de implementar mecanismos que visem reduzir situações de desigualdade de género, designadamente nas seguintes áreas:

- a) Escolaridade obrigatória ou formação profissional equivalente;
- b) Autonomia e capacitação económica;
- c) Cuidados de saúde, habitação e outros apoios sociais.

A CIG integra a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020)(ENICC) tendo participado ativamente na sua redação (Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2013). Esta contempla uma área específica de intervenção no domínio da Igualdade de Género, onde se prevê a realização de um conjunto vasto de ações que visam o empoderamento das mulheres ciganas. O ACIDI, a CIG e a Santa Casa da Misericórdia são, em conjunto, responsáveis pela execução de um conjunto de medidas inscritas na área/pilar “Igualdade de Género” da ENICC.

A CIG integra a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, tendo vindo a participar no plano técnico em 2 grupos de trabalho (Caracterização População Sem-Abrigo e Indicadores de Risco).

No ano de 2013, o MEC, através da Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, realizou um levantamento de projetos de combate ao isolamento e ao analfabetismo feminino, já concretizados a nível local, no sentido de implementar estratégias de combate à iliteracia das mulheres mais idosas, com especial incidência nos distritos de Castelo Branco, Guarda, Vila Real, Beja, Évora e Portalegre.

Ao nível do Ministério da Justiça, participaram em ações de qualificação, que contribuem para a redução das situações de desigualdade, um total de 22 jovens do sexo feminino, internadas em Centro Educativo, em 2013. Foram incluídas em ações de qualificação escolar e profissional, que contribuem para a redução das situações de desigualdade, um total de 407 reclusas em cumprimento de pena efetiva de prisão.

No Ministério da Administração Interna, em 2013, a GNR realizou uma ação de atualização no âmbito do Projeto IAVE (dirigida aos 23 chefes dos NIAVE- Núcleos Investigação e Apoio a

Vítimas Específicas). Nesta ação de formação para os Chefes dos NIAVE entre os temas abordados incluiu-se a intervenção policial na comunidade cigana.

- 63 | Avaliar o rendimento social de inserção (RSI) na perspetiva de género.
- 64 | Avaliar o complemento solidário para idosos (CSI) na perspetiva de género.

A avaliação do RSI e CSI é realizada anualmente pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Os dados estatísticos sobre estas prestações, desagregados por sexo, estão disponíveis nas Estatísticas da Segurança Social.

Área estratégica n.º 11 - Orientação Sexual e Identidade de Género

Nesta Área, preveem-se 4 medidas. Durante 2013, todas tiveram execução (100%).

Medidas

- 65 Promover uma campanha para a não discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género.

Foi lançada, no dia 9 de Julho de 2013, uma campanha para a não discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, com o mote “Dislike bullying homofóbico”. A Campanha foi constituída por um spot TV; spot rádio; Site de campanha com informação sobre o tema; Postal free; t-shirts; folhetos informativos. De realçar que a CIG recebeu pela realização desta campanha o Prémio “Arco-íris”, uma iniciativa da Associação ILGA Portugal. Estes Prémios visam homenagear pessoas e instituições que se distinguiram ao longo do ano na luta contra a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género.

- 66 Sensibilizar profissionais de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género, designadamente através das tipologias 7.3 e 7.4 do POPH.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.3/8.7.3/9.7.3., Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais, do POPH, estiveram em execução 2 projetos, durante o ano de 2013, que visaram sensibilizar profissionais de diferentes áreas e população em geral para as questões da orientação sexual e identidade de género. No âmbito das tipologias de intervenção 7.4/8.7.4/9.7.4., Apoio a Projetos de Formação Para Públicos Estratégicos, do POPH, não estiveram em execução, em 2013, projetos que abordassem estas matérias.

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) promoveram uma iniciativa conjunta sobre “O papel das organizações no combate à violência e ao discurso de ódio contra pessoas LGBT”, para assinalar o Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia, que decorreu no dia 17 de Maio de 2013, no Auditório do IPDJ. O Evento contou com a participação de várias entidades públicas, ONG e uma representante da Comunicação Social.

O MEC promoveu, durante 2013, ações de formação, destinadas a docentes como forma de sensibilizar para o combate aos estereótipos e para a integração da dimensão de género na educação sexual em meio escolar.

Na intranet do MAI/DGAI na área da Igualdade de Género está incluída uma seção sobre discriminação baseada na orientação sexual.

Em 2013, a GNR realizou uma ação de atualização no âmbito do Projeto IAVE (dirigida aos 23 chefes dos NIAVE- Núcleos Investigação e Apoio a Vítimas Específicas). Nesta ação de formação para os Chefes dos NIAVE entre os temas abordados incluiu-se a intervenção policial com população LGBT. (**Cf. Medida 56**) Igualmente, 4 elementos da GNR (2H e 2M) participaram num workshop (8h) sobre discriminação em função da orientação sexual (organizado pela Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso).

67 | Promover a sensibilização de públicos juvenis para as questões de orientação sexual e identidade de género, designadamente através das tipologias 7.3 e 7.4 do POPH.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.3/8.7.3/9.7.3., Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais, do POPH, estiverem em execução, no ano de 2013, 5 projetos destinados a públicos juvenis, que visaram promover a sensibilização dos mesmos para as questões da orientação sexual e identidade de género.

A FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis no âmbito do projeto “Abrindo Caminho para a Igualdade” (www.fnaj.pt/igualdade), financiado pelo POPH/QREN/CIG (Eixo 7 – Igualdade de Género, 9.7.3 – Região de Lisboa), realizou o seminário “Abrindo Caminho para a Igualdade: Interseções na Igualdade de Género” no Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro (Almada), dia 19 de junho de 2013. O objetivo deste seminário consistiu em criar um espaço de debate aberto a associações juvenis, estudantes, grupos informais de jovens, associações especialistas nos temas apresentados, profissionais de autarquias, profissionais de escolas, investigadores e investigadoras e outros agentes multiplicadores sobre a importância da promoção e tomada de consciência crítica no que diz respeito à Igualdade de Género e Não Discriminação, tendo em conta a sua interseção com outras categorias de discriminação, incluindo a Orientação Sexual e a Identidade de Género. A CIG participou com uma intervenção no Painel dedicado às questões de “Género e Orientação Sexual”.

- 68 | Promover a dotação das redes bibliotecárias municipais e escolares de uma oferta diversificada e inclusiva na área da orientação sexual e identidade de género.

Após o envio das principais publicações para a rede de bibliotecas municipais e escolares, a CIG continuou a corresponder aos pedidos daquelas instituições.

Área estratégica n.º 12 - Juventude

Nesta área preveem-se 7 medidas. Durante o ano de 2013, 6 medidas tiveram execução (85,7%) e 1 medida (14,3%) não teve execução (medida 73).

Medidas

- 69 | Promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não discriminação, designadamente através da tipologia 7.4 do POPH e do Programa Formar.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.4/8.7.4/9.7.4., Apoio a Projetos de Formação Para Públicos Estratégicos, do POPH, estiveram em execução 129 projetos direcionados para a temática da igualdade de género e não discriminação.

No âmbito do Programa Formar, do IPDJ, foram promovidas ações de formação que visaram reforçar as competências de gestão e liderança dos dirigentes associativos. Aquando da seleção dos formandos é garantida a igualdade de género, estabelecendo o limite de 60% de presença de cada sexo.

A DGAI apresentou a comunicação intitulada “Violência doméstica: Um olhar sobre as ocorrências que envolvem vítimas jovens”, no Seminário temático Igualdade de Género e não discriminação, organizado pela FNAJ, financiado pelo POPH, que decorreu no dia 23 de Maio.

- 70 | Disseminação de referenciais de formação na área da igualdade de género e não discriminação e elaboração e disseminação de materiais e jogos didáticos digitais sobre igualdade de género.

A CIG procedeu à reedição e a uma larga divulgação do jogo didático “Viver em Igualdade”.

- 71 | Promover a emancipação das jovens mulheres em todos os domínios da sociedade através do empoderamento para a participação e a cidadania ativa.

Intervenção da CIG no Painel I subordinado ao tema: Igualdade de Género e Educação, do Seminário Igualdade de Género e Não Discriminação, em que foi abordado o impacto negativo dos estereótipos de género na juventude. Foram igualmente disseminados os Guiões de Educação, Género e Cidadania, como instrumentos de boas práticas na educação. Este evento

foi promovido pela FNAJ e a Câmara Municipal de Odivelas, e teve lugar no dia 23 de maio de 2013, no centro de exposições de Odivelas.

Foi realizado o Parlamento dos Jovens, uma iniciativa conjunta da Assembleia da República, do Instituto Português do Desporto e Juventude I.P., do Ministério da Educação e das Secretarias Regionais.

72 Fomentar nos programas de voluntariado jovem o desempenho de atividades ocupacionais/profissionais que contrariem os papéis tradicionalmente atribuídos a raparigas e rapazes (atividade a incluir no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado).

No âmbito do Programa de Voluntariado Jovem, do IPDJ, foram realizadas as seguintes atividades:

a) Agora nós

É um Programa de Voluntariado dirigido a jovens voluntários/as que pretendam, através da prática do voluntariado, intervir de forma ativa na comunidade e simultaneamente adquirir competências.

b) Recados e Companhia

"Recados & Companhia" é um projeto que visa criar uma rede de voluntariado jovem de solidariedade intergeracional. Jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos podem inscrever-se neste projeto e apoiar idosos com mais de 65 anos em pequenas tarefas (ida ao médico, passear, ir às compras) ou fazer-lhes companhia, diminuindo assim o isolamento desta população.

73 Atribuir anualmente uma distinção às associações juvenis e ou organizações de juventude com boas práticas na integração das dimensões da igualdade de género, da cidadania e da não discriminação quer no funcionamento da organização, quer nas atividades desenvolvidas, e disseminação das boas práticas.

A Distinção não foi atribuída em 2013.

- 74 | Dinamizar os conteúdos de igualdade de género no Portal da Juventude e para a juventude no Portal da Igualdade, bem como integrar a área da igualdade de género nos conteúdos a introduzir na comunicação institucional nas redes sociais virtuais.

No que se refere à dinamização dos conteúdos de igualdade de género, estiveram disponíveis no Portal da Juventude, no Portal para a Igualdade e no site da CIG, todos os conteúdos relacionados com a primeira edição do prémio “Jovens pela Igualdade” (**Cf. Medida 73**), bem como outros conteúdos relevantes na área da igualdade e da juventude.

- 75 | Desenvolver iniciativas de promoção de uma cultura de paz contra a violência, na perspetiva de género e da não discriminação.

O Projeto "Namorar com Fair Play", da responsabilidade do IPDJ, IP em parceria com a Direção-Geral da Educação, resulta de uma candidatura aprovada pelo QREN-POPH, tipologia 7.7 - Projetos de Intervenção no Combate à Violência de Género, é um projeto de prevenção contra a violência no namoro. Este projeto decorreu nas cinco regiões, a saber: Norte, Centro, Alentejo, Lisboa e Algarve. Teve como finalidade a constituição de uma BLA - Bolsa Local de Animadores, integrada por voluntários/as, com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, que irão desenvolver e dinamizar projetos, diretamente com jovens em escolas do 3º ciclo e do Secundário.

Ações desenvolvidas:

- Divulgação do projeto (novembro 2012/ janeiro 2013);
- Recrutamento de voluntários/as que integram a Bolsa Local de Animadores/as; (janeiro/fevereiro)
- Ação de Sensibilização, ministrada pela APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; (fevereiro)
- Intervenção dos/as voluntários/as, BLA - Bolsa Local de Animadores (março a maio e setembro a novembro)
- Campanha de sensibilização e prevenção da violência no namoro – Festivais de Verão, Lançamento do Vídeo Institucional, Testa a tua Relação – On line (junho a agosto)
- Concurso para Escolas (novembro)
- Exposição de trabalhos Namorar com Fair Play - Prevenção da Violência no Namoro (novembro/dezembro)

Número de voluntários: 85 (69 M/16 H); Número de escolas: 77; Número de Jovens abrangidos pelas ações: 1.555; Número de projetos: 164; Número de ações sensibilização: 657 (número de horas: 1.633,3h)

Na sequência da celebração do protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação e Ciência e o Ministério da Defesa Nacional, assinado a 15 de novembro de 2012, válido por um período de três anos, o MEC comprometeu-se a:

- a) Elaborar, em colaboração com o Instituto de Defesa Nacional (IDN), um referencial de educação para a segurança e a defesa nacional para o ensino básico e secundário, no quadro da educação para a cidadania.
- b) Colaborar na conceção e na divulgação das atividades de formação, dedicadas à segurança e defesa nacional, promovidas pelo IDN e outras entidades, no âmbito da formação contínua de professores para docentes do ensino básico e secundário;
- c) Incentivar, apoiar e integrar no sistema educativo, em colaboração com o IDN, iniciativas relevantes da sociedade civil relacionadas com a promoção de uma cultura de segurança, da defesa e da paz.

Ao nível do MDN, a Marinha promoveu ações de sensibilização e de formação em igualdade de género, cultura de paz contra a violência e não discriminação aos alunos dos diversos estabelecimentos militares de ensino. Temática abordada nas palestras sobre a Igualdade de Género ministradas nos cursos de formação inicial e de carreira. Foram dadas 8 palestras para um total de 230 militares (202 homens e 28 mulheres). Foram ainda realizadas 4 ações de sensibilização aos alunos da Academia da Força Aérea.

Área estratégica n.º 13 - Organizações da Sociedade Civil

Nesta Área, preveem-se 5 medidas. Durante 2013, todas tiveram execução (100%).

Medidas

- 76 Promover a transversalização da perspectiva de género e não discriminação nas organizações da sociedade civil.

Em 2013 teve lugar a renovação da designação das/os conselheiras/os da Secção das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da CIG, alargando o leque de representações, e passando a abranger todas as áreas de missão da CIG.

- 77 Capacitar as organizações da sociedade civil, bem como apoiar a implementação de projetos de intervenção na área da igualdade de género, dinamizados por estas, nomeadamente através da tipologia 7.3 do POPH.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.3/8.7.3/9.7.3., Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais, do POPH, estiveram em execução, no ano de 2013, 145 projetos.

- 78 Fomentar o papel das organizações da sociedade civil no âmbito da realização de ações de formação específicas que promovam a igualdade de género, a cidadania e a não discriminação, nomeadamente através da tipologia 7.4 do POPH.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.4/8.7.4/9.7.4., Apoio a Projetos de Formação Para Públicos Estratégicos, do POPH, estiveram em execução 137 projetos. Dos projetos em execução, 129 contemplam ações de formação no âmbito da igualdade de género em específico, 20 previram a realização de cursos de técnico de apoio à vítima, 21 promoveram ações de formação na área do tráfico de seres humanos e 6 deles contemplaram ações sobre o Plano Nacional de Ação para Implementação da RCSNU 1325.

- 79 Promover o desenvolvimento de parcerias entre autarquias e organizações da sociedade civil

para a implementação de políticas territorializadas que promovam a igualdade de género, designadamente através da tipologia 7.2 do POPH.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.2/8.7.2/9.7.2., Planos para a Igualdade, do POPH, estiveram em execução 151 projetos dirigidos a autarquias, juntas de freguesia, associações de municípios, comunidades intermunicipais e associações empresariais, empresas privadas e organizações da sociedade civil.

- 80 Criar o estatuto das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade das ONG do conselho consultivo da CIG.
Criar o registo das ONGM.

O referido estatuto encontra-se integrado no Decreto-Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, o qual atribui a qualidade de conselheiras e conselheiros para a igualdade a representantes da Secção das ONG, do Conselho Consultivo da CIG.

Relativamente ao registo das ONG, dado que o debate promovido sobre esta medida, em sede de Secção das ONG do Conselho Consultivo da CIG, concluiu pela sua não pertinência, não houve desenvolvimentos sobre esta medida, em 2013.

Área estratégica n.º 14 - Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades Portuguesas

Nesta Área preveem-se 17 medidas. Durante 2013, 15 medidas (88,2%) foram executadas e 2 medidas (11,8%) não tiveram execução (medidas 92 e 95).

Medidas

- 81 Contribuir para a consolidação das políticas de igualdade da União Europeia e adotadas nos fora internacionais.

No âmbito da UE:

No sentido de aprofundar as políticas e posições portuguesas a defender junto da União Europeia, foram desenvolvidas várias iniciativas no sentido de divulgação e integração, em conjunto com os Ministérios setoriais envolvidos, das posições nacionais nas diversas iniciativas e atividades propostas pela UE, tendo assumido particular relevância as iniciativas relacionadas com a promoção do papel da mulher enquanto decisora nos meios de comunicação social e melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador não executivo das empresas cotadas em bolsa.

A CIG participou nas reuniões do Grupo de Alto Nível para o Mainstreaming de Género promovidas pela Comissão Europeia e pelas Presidências Irlandesa e Lituana. O Grupo tem como tarefas o planeamento estratégico de atividades e políticas na área da Igualdade de Género a implementar pelas presidências da U.E., o seguimento da Plataforma de Ação de Pequim, apoiar a Comissão na preparação do Relatório Anual sobre Igualdade entre Homens e Mulheres, a aprovar pelo Conselho Europeu da Primavera, ser um fórum para a monitorização da implementação do Pacto Europeu para a Igualdade de Género em estreita articulação com a implementação da Estratégia para a Igualdade entre mulheres e Homens da Comissão Europeia.

Portugal (CIG) assumiu a presidência no processo de redação da “Opinião” sobre “Uma iniciativa europeia sobre MGF”, do Comité Consultivo para a Igualdade entre mulheres e homens, da Comissão Europeia.

No âmbito do Grupo Questões Sociais, a CIG elaborou notas de apoio para defesa das posições de Portugal no quadro das negociações dos Projetos de Conclusões do Conselho, bem como dos estudos/relatórios que os fundamentam, com vista à elaboração de Indicadores para o acompanhamento da Plataforma de Ação de Pequim, apresentados pela Presidência Irlandesa do Conselho da U.E..

Participação da CIG, durante 2013, nas 2 reuniões do Conselho de Administração do EIGE, na qualidade de Membro.

Participação da CIG, na reunião de 1 de março de 2013, em Bruxelas, no âmbito da EQUINET Working Group – equality law in practice – Race Directive and the General Framework Directives, a qual, aliás, não contemplou assuntos relacionados com a igualdade de género. Participação nos seguintes eventos: 18-19 março: Equinet Legal Training em Berlim; 30 abril: Equinet Strategic Development em Manchester; 27 junho: Equinet Seminar on gender related issues em Bruxelas; 18-19 setembro: Equinet Training on related issues em Lisboa; 24-25 outubro: Equinet Training on Supporting duty bearers em Zagrebe.

Participação da CIG, entre dias 24,25 e 26 de novembro de 2013, na Lituânia, na 2ª reunião da REDE WES e no evento da Semana Europeia das Pequenas e Médias Empresas (SME), intitulada “2013 SME Assembly encouraging a europe of enterprise & 2013 european enterprise promotion awards”. Portugal recebeu o Prémio Europeu de Promoção Empresarial na categoria de internacionalização das empresas, com a campanha “Portuguese Shoes”.

Participação da CIG na Conferência sobre “Igualdade de Género e a Europa 2020”, que decorreu nos dias 29 e 30 de abril de 2013, organizada pela Presidência Irlandesa.

Participação, do INE, em reuniões subordinadas à temática do Género, nomeadamente:

- Working Group “Gender Equality Index” (EIGE) -2 reuniões
- Working Group “How can we make Gender Mainstreaming work?” (EIGE) – 1 reunião
- Participação na network online do Working Group “Gender Equality” (EIGE) sobre os temas: “A new driver for social change?”, “The way forward”, “Institutional Capacity and Effective Methods for Gender Mainstreaming”.

Em 2013, a DGAI/MAI elaborou, em articulação com as Forças de Segurança, contributos para as respostas nacionais a 2 questionários da FRA (Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia) no âmbito do projeto sobre os serviços de apoio a vítimas de crime na UE. Um dos questionários incidia especificamente sobre os direitos e apoio às vítimas de crimes de ódio.

No âmbito das Nações Unidas:

Participação na 57.ª Sessão da Comissão do Estatuto da Mulher (CSW), Nova Iorque, que decorreu entre 4 e 15 de março de 2013, subordinada ao tema “A Eliminação e Prevenção de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres e Raparigas”.

Participação no Workshop realizado em Estocolmo, 11 de novembro, subordinado ao tema “Copenhagen Workshop on preparation for 58 CSW and Post 2015 issues related to gender equality and sexual and reproductive health and rights (SRHR)”.

Participação na 22ª sessão do Conselho de Direitos Humanos – CDH (25 de fevereiro a 22 de março), Portugal apresentou uma resolução sobre os direitos económicos, sociais e culturais com especial enfoque no exercício desses direitos pelas mulheres e subscreveu uma declaração conjunta sobre os direitos das mulheres por ocasião do Dia da Mulher (8 de março). Portugal participou, através da Embaixadora portuguesa, na organização de um Evento Paralelo sobre Power to empowered Women, promovido pelas Representantes Permanentes junto das Nações Unidas em Genebra.

Na 23ª sessão do CDH (27 de maio a 14 de junho), Portugal copatrocinou uma resolução do Canadá sobre violência contra as mulheres, uma resolução dos EUA sobre o papel da liberdade de expressão no empoderamento das mulheres e uma resolução que renovou o mandato do Grupo de Trabalho sobre discriminação contra as mulheres na lei e na prática. Portugal subscreveu uma declaração conjunta, de iniciativa do Noruega, sobre orientação sexual e identidade de género, uma declaração conjunta sobre participação equitativa na vida política e uma declaração conjunta, de iniciativa do Grupo Africano, sobre mutilação genital feminina. Portugal participou ainda ativamente no Debate Anual do CDH sobre Direitos da Mulher.

Na 24ª sessão do CDH (9 a 27 de setembro) Portugal copatrocinou uma resolução, de iniciativa do Grupo Africano, sobre mutilação genital feminina, uma resolução sobre participação equitativa na vida política, uma resolução sobre casamentos precoces e uma resolução sobre a prevenção da mortalidade e morbidade infantis.

Na semana do Debate Geral da 68ª sessão da Assembleia Geral das NU (24 de setembro a 1 de outubro), Portugal subscreveu a Declaração de Compromisso sobre fim à violência sexual em situações de conflito.

Na 3ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (7 de outubro a 27 de novembro), Portugal copatrocinou as resoluções sobre a melhoria da situação da mulher em zonas rurais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), meninas e sobre casamentos precoces.

Portugal participou no Debate aberto do Conselho de Segurança (CSNU), no dia 24 de julho, sobre “Violência Sexual em Conflitos” tendo sido aprovada por consenso a resolução 2106/2013, copatrocinada por Portugal, relativamente à necessidade de combater a impunidade relativamente a crimes de violência sexual, nomeadamente através de investigação rigorosa e julgamento de suspeitos.

No dia 18 de outubro, Portugal voltou a participar no Debate aberto do CSNU sobre “Mulheres, Paz e Segurança” tendo sido aprovada por consenso a resolução 2122/2013, copatrocinada por Portugal, sobre reforço da participação das mulheres em processos de prevenção e resolução de conflitos, bem como nos processos de transição.

No âmbito da OSCE:

Portugal tem-se pronunciado a favor da adoção de um Plano de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança no contexto da OSCE, tendo manifestado o seu apoio ao projeto conjuntamente elaborado pela Áustria, Finlândia, Turquia e Cazaquistão, que foi apresentado à margem do 20º Conselho Ministerial da Organização, em Kiev, no início de dezembro de 2013.

instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género e de cidadania inclusiva.

A CIG dissemina regularmente todos os documentos de compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais.

No âmbito da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), foram elaborados os 8.º e 9.º Relatórios Nacionais de Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

No dia 18 de julho, a CNDH reuniu-se em formato de Grupo de Trabalho, aberto à sociedade civil, para recolher os comentários dos representantes da sociedade civil aos 8º e 9º Relatórios Nacionais sobre a Implementação da Convenção das Nações sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

- 83 Fazer ações de sensibilização/formação para públicos -alvo estratégicos, dando a tónica, nomeadamente, em documentos como a CEDAW — Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, Plataforma de Ação de Pequim, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, entre outros.

Na reunião da Comissão Nacional para os Direitos Humanos aberta à sociedade civil, que teve lugar no início de 2013, foi incluído o tema sobre a igualdade de género. Duas ONG (APMJ e CVP) foram convidadas a integrar o painel de oradoras da reunião.

A CIG foi ainda convidada a integrar o painel de oradoras em eventos promovidos pela APF e P&D Factor que tiveram como objetivo promover um debate sobre a importância e o contributo da manutenção e do reforço de matérias relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva na Agenda de Cooperação para o Desenvolvimento do quadro pós-2015.

- 84 Introduzir um módulo de igualdade de género nos cursos de formação inicial, complementar ou de atualização desenvolvidos pela Administração Pública.

Durante 2013, manteve-se o módulo sobre “Igualdade de Género” no programa de formação inicial dos diplomatas, do Ministério dos Negócios Estrangeiros; e, inclusão de módulo sobre “Igualdade de Género” no curso ministrado a diplomatas colocados/as nos serviços externos, em abril e em outubro de 2013. **(Esta Ação dá igualmente resposta à medida 8).**

- 85 Incentivar a participação de representantes interministeriais em reuniões promovidas por organismos internacionais cujos temas se relacionem com a sua área de intervenção sectorial na perspetiva de género.

Sob proposta da CIG, a Conselheira para a Igualdade do MEE participou na Conferência organizada pela Presidência Irlandesa dedicada ao tema “Mulheres e Economia”.

Foi garantido o envio sistemático dos dados nacionais para o *follow up* do Plano de Ação da União Europeia para a área da Igualdade de Género.

O Delegado Nacional no CAD assumiu a representação da cooperação portuguesa na reunião anual da Rede GENDERNET, do Comité de Apoio ao Desenvolvimento, da OCDE.

Verificou-se a consulta sistemática aos organismos públicos, com responsabilidades em matéria de igualdade de género, sobre a sua disponibilidade em participar em reuniões de organizações internacionais.

- 86 Garantir a execução do Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança.

O Grupo de Trabalho responsável pela implementação do PNA 1325 tem garantido a execução deste Plano. Em 2013, o Grupo reuniu 2 vezes.

A dimensão da igualdade de género tem sido incorporada de forma sistemática nas atividades de cooperação e no desenvolvimento de Programas, com destaque para o financiamento, pelo CICL, no contexto de uma contribuição para o Fundo Especial da CPLP, de uma Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal, que decorreu entre 19 a 21 de setembro, na Sede da CPLP, em

Lisboa. A formação foi baseada no Manual do Combate ao Tráfico de Pessoas para Profissionais do Sistema de Justiça Penal da UNODC e abrangeu 25 técnicos de todos os Estados membros da CPLP.

- 87
- Estabelecer protocolos bilaterais de cooperação com países parceiros no âmbito de políticas de igualdade de género.
 - Desenvolvimento de programas de intercâmbio profissional com países parceiros para reforço das competências mútuas.

A CIG, em parceria com a SGPCM, promoveu e organizou um estágio profissional de 2 técnicas de Timor-Leste, que se realizou em setembro de 2013.

- 88
- Incluir a dimensão da igualdade de género no contexto da cooperação com os países parceiros através das orientações constantes no Documento de Estratégia Portuguesa sobre Igualdade de Género na Cooperação para o Desenvolvimento.

Para boa execução desta medida, foi incluída a dimensão da Igualdade de Género nas propostas de texto dos PIC assinados (Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e em negociação (Angola e Timor Leste). Igualmente, verifica-se a integração da dimensão de promoção da igualdade de género nos critérios de seleção e de atribuição de bolsas pelo Camões, IP.

- 89
- Consolidar a cooperação com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (cooperação bilateral e multilateral), nomeadamente através das medidas previstas no Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres.

A CIG acompanha o Plano de Ação no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, adotado na reunião extraordinária de Ministros e Ministras da CPLP responsáveis pela Igualdade de Género que teve lugar em Luanda, em Maio de 2011. Refira-se que a reunião Ministerial, prevista para Maio passado, a realizar em Maputo sob a Presidência Moçambicana da CPLP, foi adiada. Neste quadro terá lugar no dia 14 de Fevereiro de 2014, em Maputo, a IIIª Reunião de Ministros da Igualdade de

Género e Empoderamento da Mulher da CPLP, antecedida pela respetiva Reunião Técnica no dia 13 de Fevereiro. O tema central desta reunião serão os “Desafios na Prevenção e Eliminação da Violência Baseada no Género”. Será feita ainda a revisão do Plano de Ação sobre a Igualdade de Género da CPLP e um ponto de situação sobre o Lançamento da Campanha da CPLP de Combate à Violência Contra a Mulher.

No dia 25 de novembro foi lançada, em todos os países da CPLP (excepto Brasil) a Campanha “Contra a Violência eu dou a cara”, pela eliminação da violência doméstica. Esta campanha, proposta e financiada por Portugal, e em cuja concepção e execução colaborou o Secretariado Executivo da CPLP, foi apresentada, em Portugal, no âmbito das II Jornadas Nacionais contra a Violência Doméstica.

- 90
- Estabelecer protocolos bilaterais de cooperação para o desenvolvimento no âmbito de políticas de igualdade de género.
 - Desenvolvimento de programas de intercâmbio profissional com países parceiros para reforço das competências mútuas.

Os valores preliminares referentes ao ano de 2013 da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa em projetos com Marcador Género estão estimados em cerca de 24,9M€. Destes, de acordo com a classificação do CAD/OCDE, €24M€ destinaram-se ao financiamento de projetos com objetivos significativos orientados para o Género, e os restantes 0.8M€ ao financiamento de ações cujas atividades principais se encontravam orientadas para o Género.

Das intervenções financiadas pelo Camões, IP destacam-se as seguintes:

- a) Na Guiné-Bissau três projetos complementares que prosseguem as orientações do *Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário* em política de **Saúde Reprodutiva**, especificamente as atividades do *Plano Operacional para a Transição de Escala Nacional para Intervenções de Forte Impacto na Redução de Mortalidade Materna e Infantil*. São os projetos de “Reforço dos Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência” (2010-2013), em parceria com o FNUAP; “Tabanka ku Saudi” (2013-2016), com intervenção em saúde reprodutiva e planeamento familiar nas comunidades, em parceria com a UNICEF e a ONGD VIDA; e o “Programa Integrado

para Redução da Mortalidade Materna e Infantil” (2013-2016), em parceria com o Instituto IMVF e UE.

b) Ainda na Guiné-Bissau dois projetos que implementam a política de **Educação para a Cidadania** concretizada no *Referencial de Competências para a Promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura da Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia*, do Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação. São os projetos “Ensino de Qualidade em Português” (2012-2016), em parceria com a ONGD Fundação Fé e Cooperação e UNICEF, e o “Projeto de Assistência às Reformas para a Qualidade e Equidade da Educação” (2012-2014), em parceria com a Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, ambos com atividades de integração sistemática dos conteúdos relacionados com igualdade de género e outros direitos individuais e coletivos nos programas curriculares e na formação de professores.

c) Em Angola o “Projeto FORVIDAIII – Obrigado Mãe – Núcleo de recursos de formação do Centro Materno – Infantil N. Sra. da Graça”, designadamente nas temáticas do planeamento familiar e de proteção contra doenças sexualmente transmissíveis, fazendo com que as mulheres tomem decisões conscientes em relação à sua vida e saúde reprodutiva, que não as ponham em risco, dando-lhes ferramentas de proteção contra a vulnerabilidade, a discriminação e a desigualdade de oportunidades.

No quadro do reforço da participação das mulheres e raparigas e defesa dos seus direitos humanos, poder e influência, realça-se o apoio ao desenvolvimento aos projetos a decorrer em Moçambique “Mais Justiça, Mais Cidadania, do Projeto de Reforço Institucional e Promoção no Acesso à Justiça”, o Projeto “Liderança feminina na saúde - Um processo de responsabilização comunitária”, na Guiné-Bissau e “Muthiyana=Ser Mulher”. Este último tem como objetivo potenciar o empoderamento multidimensional das mulheres da cidade de Cuamba através da implementação do Espaço Muthiyana – Centro de Formação e Acompanhamento, promotor de programas de capacitação e de desenvolvimento pessoal/sociocultural e de incentivo à criação de iniciativas económicas.

Foi ainda incentivada a realização de atividades de cooperação com o objetivo da promoção e do reforço das redes sociais de mulheres, nomeadamente o Projeto de apoio a Associações

Rurais “Juntas para o Desenvolvimento”, a capacitação das comunidades rurais para o desenvolvimento participativo do distrito de Matutuine, o Programa de Desenvolvimento Rural da Costa Litoral de Cabo Delgado em Moçambique e os Projetos “Empowerment das Mulheres da Ajuda Mútua – Formação e Geração de Rendimento”, “Otchitanpa tchetu – Apoio à autonomia socioeconómica das mulheres para o desenvolvimento local do Município da Baía Farta”, “Okupenda - Abrir Caminho Projeto comunitário de Empregabilidade e empreendedorismo” a decorrer em Angola.

Adicionalmente foram apoiados outros projetos cujo grupo alvo são mulheres tendo em vista a sua capacitação técnica e de gestão de atividades geradoras de rendimento e ainda capacitação na prestação de cuidados de saúde materno-infantis na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

- 91 | Integrar informação sobre igualdade de género, com dados desagregados por sexo, nos relatórios anuais de Portugal sobre a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, incluindo as políticas sectoriais.

É feita a recolha de informação sobre igualdade de género, tendo em vista elaboração dos relatórios bienais da União Europeia sobre Coerência de Políticas para o Desenvolvimento.

- 92 | Assegurar a participação da CIG nos fóruns de coordenação da cooperação portuguesa.

Durante 2013, a CIG não participou nas reuniões do Fórum de coordenação da cooperação portuguesa.

- 93 | Definir e ou incorporar instrumentos e critérios técnicos de análise, monitorização e avaliação da inclusão da dimensão da igualdade de género nos projetos/programas de cooperação e desenvolvimento.

Para boa execução desta medida, de referir a aplicação do marcador de Género da OCDE para os projetos constantes da Base de Dados da Ajuda Pública ao Desenvolvimento; a inclusão da perspetiva de género nos documentos de apresentação de propostas de projeto, no processo de análise, acompanhamento e avaliação; e, a introdução sistemática da apresentação de

dados desagregados por sexo na contratualização com os promotores e executores dos projetos.

De referir que em 2014, será considerado na Base de Dados da Cooperação Portuguesa um novo marcador de política que se destina a assinalar projetos na área da saúde reprodutiva, materno-infantil e da criança (Reproductive, maternal, newborn and child health – RMNCH) em conformidade com as mais recentes diretivas do CAD/OCDE.

- 94 | Integrar ações específicas dirigidas às mulheres dentro dos programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento realizados nas áreas sectoriais.

Das intervenções em curso, financiadas pelo Camões, IP, destacam-se as seguintes:

a) Projetos na área da Saúde que incluem a vertente da Saúde Sexual e Reprodutiva, da saúde obstétrica e neonatal, dos cuidados preventivos e primários e do combate a endemias em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste;

b) Projetos na área da Educação, formação, qualificação profissional e apoio à profissionalização em Angola, Guiné-Bissau, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Moçambique, incluindo atividades de expansão do acesso à Educação de Infância e Pré-Escolar em Moçambique e na Guiné-Bissau e ações de sensibilização das comunidades para inclusão das meninas na escola;

c) Projetos de segurança alimentar e desenvolvimento rural na Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste que incluem componentes de diversificação de produção agrícola e hortícola, pequena pecuária e agroprocessamento para reforço do acesso das mulheres a rendimento e outras medidas de autonomização das mulheres, como contrapartidas de integração nos órgãos de gestão das associações comunitárias de agricultores ou constituição de mutualidades de saúde junto de associações de mulheres.

d) Projetos de desenvolvimento comunitário e integrado, como o projeto de “Apoio ao Desenvolvimento da Zona Costeira de Cabo Delgado”, e “Desenvolver Monapo: Construir o Futuro”, em Moçambique, e o Projeto Mós Bele – Cluster da Cooperação Portuguesa em

Timor-Leste, ou “Okupenda-Abrir caminho, projeto comunitário de empregabilidade e empreendedorismo” que promovem formação e iniciativas empresariais para as mulheres.

- 95 | Elaborar e implementar um programa de sensibilização/formação em igualdade de género em contexto de cooperação para o desenvolvimento, com módulos nas áreas da saúde, educação, paz, segurança, entre outros.

Embora tenha sido criada, no Centro de Documentação do Camões, IP, uma área relativa às questões da igualdade de género, disponível para consulta pública, não se considera que esta atividade tenha dado execução à medida.

- 96 | Reforçar a promoção da igualdade nas comunidades portuguesas.

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade encontrou-se com a comunidade portuguesa de Long Island, Nova Iorque, numa iniciativa especialmente organizada pelo Senador Jack Martins e pela Associação Daughters of Portugal.

Acompanhada pela Deputada eleita pelo círculo da emigração fora da Europa, Maria João Ávila, a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade proferiu uma intervenção em que começou por abordar a situação política e económica do país, desenvolvendo depois a temática diretamente contida nas suas atribuições governamentais, a igualdade de género, com particular desenvolvimento das questões relacionadas com a violência contra as mulheres.

Foi realizado o Encontro Mundial – Mulheres da Diáspora “Expressões Femininas da Cidadania”, promovido pela Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, Palácio das Necessidades, em Lisboa, nos dias 24 e 25 de outubro de 2013. Foi também integrada, nesta iniciativa, a Exposição “Mulheres d’Artes em Movimento” – Exposição Coletiva de Pintura, realizada na Fundação PRO DIGNITATE, em Lisboa, a 11 de novembro de 2013.

Estas iniciativas contaram com o patrocínio e apoio do GSECP/DGACCP.

- 97 | Incluir a dimensão da igualdade de género no contexto das relações com os países de residência e trabalho de nacionais.

O MNE apoiou as seguintes iniciativas:

- Realização do Colóquio “A Mulher Portuguesa no Recife”, Gabinete Português de Leitura do Recife, promovida pela Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, Recife, 18 de novembro de 2013.
- Realização do 1º Curso “ASAS – Academias Seniores de Artes e Sabores”, Villa Elisa – Buenos Aires, com a participação da Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, Buenos Aires, 19 a 21 de novembro 2013.
- Publicação de 1000 brochuras para o “Encontro Mundial – Mulheres da Diáspora”, uma iniciativa da Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade.
- Publicação de 1000 exemplares do livro “Entre Portuguesas num Mundo sem Fronteiras”, uma iniciativa da Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade. A Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade tem como principais objetivos o estudo da problemática das migrações femininas; cooperação com as mulheres profissionais e dirigentes de associações das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e com as imigrantes que vivem em território nacional; apoio à integração das mulheres na sociedade de acolhimento e defesa dos seus direitos de participação social, económica e política.
- Realização da iniciativa “Mulheres Portuguesas nos Estados Unidos”, promovida pelo Art Institute. Esta iniciativa contou com a participação de mulheres portuguesas ou luso-descendentes que ocupam papéis relevantes em diversas áreas da sociedade norte-americana e consistiu na realização de palestras e eventos nas cidades de Nova Iorque e Newark, 21 a 27 de outubro de 2013. Nesse sentido, procurou-se dar a conhecer o contributo destas portuguesas e luso-americanas nos EUA e, simultaneamente, pensar novos caminhos para fortalecer a interação entre a comunidade portuguesa residente no país. Pretendeu-se, ainda, discutir propostas e métodos de integração entre as várias gerações de emigrantes que nas últimas décadas têm chegado aos EUA.

- Realização da iniciativa “Proud To Be Portuguese Canadian – Ciclo de conferências”, promovida pela Working Women Community Centre, decorreu nas cidades de Toronto, Vancouver, Winnipeg e Montreal, em outubro de 2013. Esta associação tem como principais objetivos a prestação de serviços sociais para mulheres imigrantes e suas famílias com oportunidades para melhorar a qualidade de vida, através de ações comunitárias e desenvolvimento pessoal. É importante referir que promove iniciativas de prevenção de violência doméstica e programas para apoiar mulheres imigrantes a serem economicamente independentes.
- Celebração do Dia Internacional da Mulher na Casa dos Açores da Nova Inglaterra (CANI), que incluiu uma conferência sobre “A vida de uma mulher diplomata e/ou esposa de um diplomata”, Providence, 23 de abril de 2013. Esta iniciativa contou com a participação de vários Postos Consulares, designadamente Boston, New Bedford e Providence.

III - Conclusão

A execução do IV PNI foi, em primeiro lugar e de forma insubstituível, da responsabilidade de todos os organismos públicos, centrais, regionais e locais, cabendo igualmente a entidades privadas um papel essencial nessa execução, em particular aquelas que beneficiaram de apoio financeiro no âmbito do QREN/POPH e, de forma especial, as que desenvolveram projetos com apoio financeiro obtido através das tipologias do eixo 7 do POPH.

A coordenação geral da execução do IV PNI foi da responsabilidade da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), cabendo-lhe, com o apoio das Conselheiras e dos Conselheiros Ministeriais para a Igualdade, que compõem a Secção Interministerial do seu Conselho Consultivo (C. C.), a planificação anual e a elaboração dos relatórios intercalares anuais de execução do IV PNI, bem como do relatório final de execução do IV PNI. A mudança de Governo, que resultou das eleições ocorridas em junho de 2011, conduziu ao processo de confirmação e/ou de nomeação, para este Conselho, de um total de 24 pessoas. Destas, 17 foram nomeadas pela primeira vez e 7 viram confirmadas as suas funções de Conselheira ou de Conselheiro para a Igualdade. Este grupo constituiu o núcleo central da execução do IV PNI.

Na coordenação do IV PNI, a CIG teve em conta a necessidade de colmatar as lacunas detetadas e evidenciadas pela avaliação externa do III PNI, nomeadamente a ausência de relatórios anuais intercalares, da responsabilidade da CIG, e de relatórios e planificações anuais ministeriais, bem como a inexistência de um sistema, coerente e centralizado, de recolha de informação, nomeadamente quanto a indicadores de realização e de resultados, previstos no III PNI (tendo o IV PNI mantido a previsão dos primeiros).

Procurou-se, ainda, corrigir as fragilidades identificadas no processo de acompanhamento pela CIG das Conselheiras e Conselheiros Ministeriais, conferindo-lhe continuidade e caráter sistemático, tornando mais eficiente o apoio a prestar às e aos representantes ministeriais e planeando, a médio prazo, todo o processo de monitorização da execução do IV PNI a ser efetuado pela CIG em estreita colaboração com Conselheiras e Conselheiros Ministeriais. Por último, procurou-se estabelecer uma efetiva articulação entre os três Planos Nacionais (IV PNI, IV PNCVD e II PNCTSH) e o Programa de Ação relativo à Mutilação Genital Feminina, e ao PNA 1325 do CSNU.

A reorganização da administração pública central, desde o início da vigência do XIX Governo Constitucional, exigiu à CIG uma dinâmica de coordenação - acompanhamento e apoio das e dos representantes ministeriais - que fosse, simultaneamente, rigorosa, eficaz e concretizável.

Nesse sentido, a CIG constituiu um núcleo de coordenação interno, para apoio às planificações anuais ministeriais e monitorização do processo de implementação do IV PNI e para a elaboração dos relatórios anuais e intercalares (a cada 3 meses) da execução do IV PNI. Na sequência desta decisão, em 2011 e 2013, a CIG assegurou uma formação para as Conselheiras e Conselheiros Ministeriais e Equipas Interdepartamentais.

A definição e medição dos resultados alcançados na implementação do IV Plano Nacional para a Igualdade foram feitas em conformidade com a aplicação regular, na realidade e na prática, dos objetivos estratégicos estabelecidos, pela cooperação e coordenação entre Ministérios e, acima de tudo, pela vontade política para a concretização dos objetivos inicialmente propostos. Transformar este plano em condições reais e práticas representou um passo decisivo para avaliar o sucesso do processo de transformação, ao nível nacional, da promoção da igualdade entre mulheres e homens, a todos os níveis.

Pela análise dos resultados alcançados com as medidas concretizadas, durante os 3 anos de vigência do Plano, considera-se que os mesmos foram globalmente positivos, tendo sido maioritariamente cumprida a programação estabelecida.

A realização de seminários, *workshops*, ações de formação e sensibilização e outros eventos, representa a maioria das ações concretizadas (por darem resposta a grande parte das medidas (21 medidas). As áreas estratégicas 2 e 14, “Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal” e “Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades Portuguesas”, respetivamente, foram as que registaram o maior número de iniciativas.

Ainda assim, e da análise da informação recebida para elaboração dos vários relatórios anuais e intercalares, verifica-se que, dada a complexidade na tradução prática e concreta de algumas das Medidas constantes no Plano, alguns Ministérios e/ou Organismos encontraram dificuldades no seu planeamento e concretização.

Por outro lado, pela omissão de instrumentos, prazos de execução ou número de atividades, a avaliação de progresso tornou mais difícil definir com objetividade e rigor o grau de eficácia alcançado.

Como fatores condicionantes de execução das medidas foram assinalados, pelos Ministérios, alguns constrangimentos/dificuldades que, apesar da sua diversidade e da especificidade própria das medidas a que se reportam, podem-se sintetizar do seguinte modo:

- Número elevado de medidas e áreas estratégicas a serem cumpridas em 3 anos;
- Problemas decorrentes da reorganização dos Ministérios, levando a uma deficiente articulação interdepartamental;
- Desarticulação entre algumas medidas, indicadores de execução e Público-alvo;
- Inexistência de calendarização;
- Falta de indicadores concretos e contabilizáveis que permitam avaliar os resultados alcançados com as atividades que concorrem para a execução das medidas, das diferentes áreas estratégicas.

No entanto, e apesar destes constrangimento, pela análise, que configura a aproximação possível (tendo em conta os constrangimentos supracitados) ao estado de execução global das medidas do IV PNI (desde 2011), até 2013, verifica-se que o total das 97 medidas foi executado ou teve algum grau de execução. De salientar que os resultados alcançados não teriam sido possíveis sem a vontade e empenho de todos os Ministérios e demais entidades públicas, entidades do setor privado, Municípios, Organizações da Sociedade Civil e dos recursos humanos da CIG.

Resumo da execução das medidas do IV PNI

Área Estratégica	Total de Medidas	Medidas Iniciadas não concluídas (2013)	Medidas Executadas (2013)	Medidas sem execução/ Informação (2013)	Grau de execução por Área em 2011	Grau de execução por Área em 2012	Grau de execução por Área em 2013
1	19		18	1	89%	100%	95%
2	10	1	9		60%	100%	90%
3	5		5		60%	100%	100%
4	6		6		100%	100%	100%
5	4	1	3		25%	75%	75%
6	3	1	2		33%	100%	67%
7	5		5		40%	80%	100%
8	3		3		67%	67%	100%
9	5		5		80%	100%	100%
10	4		4		50%	100%	100%
11	4		4		75%	75%	100%
12	7	1	6		86%	100%	86%
13	5		5		20%	100%	100%
14	17	1	15	1	71%	100%	88%
Total	97	5	90	2	68%	93%	96%

IV – Lista de acrónimos e siglas

IV – Lista de acrónimos e siglas

ACIDI – Alto-Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I.P.

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

ANJAF – Associação Nacional de Jovens para a Ação Familiar

APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

BLA – Bolsa Local de Animadores

BES – Banco Espírito Santo

CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CCP- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

CCPFC - Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua

CDH – Conselho dos Direitos Humanos

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CECOA – Centro de Formação Profissional para Comércio e Afins

CEGER - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CEJUR – Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros

CEME - Chefe de Estado-Maior do Exército

CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas

CESNOVA – Centro de Estudos Sociais da Universidade Nova de Lisboa

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional

CICL – Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

CIEG - Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CIP - Confederação Empresarial de Portugal
CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CIVIS – Associação para o Aprofundamento da Cidadania
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes
CNAI - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSI – Complemento Solidário de Idosos
CSW – Comissão do Estatuto das Mulheres
CTP - Confederação do Turismo Português
DG – Dossiê de Género
DGACCP – Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGE – Direção-Geral de Educação
DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGARTES – Direção-Geral das Artes
DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais
DGS – Direção Geral de Saúde
DR – Direção Regional
EEA GRANTS - Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EIGE – Instituto Europeu da Igualdade de Género
ENICC – Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
EQUINET – Rede europeia de mecanismos de igualdade
ESE – Escola Superior de Educação
ESEL – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
ESS-IPS – Escola Superior de Saúde de Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal
EUA – Estados Unidos da América
FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.
FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

FPCE – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
FRA – Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia
GEP/MEC – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Ciência
GNR – Guarda Nacional Republicana
GEPAC – Gabinete de Estratégia e Avaliação Culturais
GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GSECP – Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
IDN – Instituto de Defesa Nacional, I.P.
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais
IGEN – Fórum Empresas para a Igualdade
ILGA - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero
IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IMVF – Instituto Marquês Valle Flôr
INA – Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INCI - Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.
INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.
INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
IRCT - Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho
ISCSP – Instituto Superior de Ciências, Sociais e Políticas, I.P.
ISS – Instituto da Segurança Social, I.P.
IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez
LGBT – Lésbicas Gays Bissexuais e Transexuais
LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia
LVT – Lisboa e Vale do Tejo
MAAP – Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
MAI – Ministério da Administração Interna
MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
MDN – Ministério da Defesa Nacional
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MEE – Ministério da Economia e Emprego

MF – Ministério das Finanças
MFAP – Ministério das Finanças e da Administração Pública
MGF – Mutilação Genital Feminina
MJ – Ministério da Justiça
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MP – Ministério Público
MS – Ministério da Saúde
MSESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e da Solidariedade Social
N-CIG – Núcleo de Promoção da Cidadania e a Igualdade de Género
NIAV – Núcleos de Investigação de Apoio a Vítimas
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG - Organização Não-Governamental
OSCE – Organização para a Cooperação na Europa
PAEMGF – Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PEI – Promoção do Empreendedorismo Imigrante
PIC – Programa Indicativo de Cooperação
PII – Plano para a Integração de Imigrantes
PIQ – Prémio Igualdade é Qualidade
PJ – Polícia Judiciária
POAT - Programa Operacional de Assistência Técnica
POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade
POPH – Programa Operacional Potencial Humano
PME – Micro, pequena ou média empresa
PNCVD - Plano Nacional contra a Violência Doméstica
PNI – Plano Nacional para a Igualdade
PNTSH – Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos
PSI – Plano Setorial para a Igualdade
PSP – Polícia de Segurança Pública
QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013
QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCSNU – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
RSI – Rendimento Social de Inserção
RSOPT – Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações

RTP – Rádio Televisão de Portugal

SEC – Secretaria de Estado da Cultura

SEAPI – Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade

SGMSESS – Secretaria Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

SME – Semana Europeia das Pequenas e Médias Empresas

SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

SIIC – Sistema Integrado de Informação e Conhecimento

SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado

SGPCM – Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros

TNSJ - Teatro Nacional São João

UBI – Universidade da Beira Interior

UGT – União Geral de Trabalhadores

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNODC – Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime

WES – Rede Europeia de Promoção do Empreendedorismo Feminino

VD – Violência Doméstica

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana